



Departamento de Sociologia

Do Movimento Operário ao 15 de Outubro – Práticas Comunicativas nas Dinâmicas de Mobilização Social

Joana Rita Silva Caetano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.

Orientador(a):
Doutora Rita Espanha, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2012

Resumo

Tomando o Movimento 15 de Outubro e o Occupy como ilustrativos da onda de protesto que recentemente percorreu o globo, a presente dissertação procura reflectir as práticas comunicativas nas dinâmicas de mobilização social colectiva, e em particular o impacto que a Internet e as novas TIC exercem no seio destas dinâmicas. Recorrendo a um paralelismo com o histórico Movimento Operário, procura evitar assumir um optimismo naive ou até um pessimismo negligenciador sobre o impacto da comunicação mediada pelo digital no seio da acção política colectiva, enfatizando a importância da comunicação para a participação política colectiva, independentemente do contexto histórico e tecnológico envolvente. Conclui analisando os limites e as oportunidades que emergem da relação entre os novos media digitais e a esfera da acção política colectiva.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Internet, TICs, Comunicação

Abstract

Undertaking 15th October Movement and Occupy as examples to illustrate the protest wave that recently has reached different parts of the world, the present paper seeks to analyze the communication practices in the social movements dynamics. In particular, it seeks to explore the impact that the integration of the Internet and ICTs has provoked in the collective political mobilization sphere. By drawing a parallelism with the historic Labor Movement, in order to stress out the important of the communication within the protest dynamics, seeks to avoid a naïve optimism or even a neglected pessimism about the integration of new media within the political mobilization sphere. It concludes with an analysis of the opportunities and weaknesses of the new digital communication.

Keywords: Social Movements; Internet; ICTs, Communication;

Índice

Resumo.....	i
CAPÍTULO I.....	1
OS MOVIMENTOS DE INDIGNAÇÃO, AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO E AS REDES DA SOCIABILIDADE.	1
1. 15 de Outubro, Occupy e Los Indignados: Protestos Globais e Participação Política	1
2. A Era Digital – O <i>Informacionalismo</i> de Castells na Sociedade em Rede.....	3
3. A Internet e os Novos Dispositivos Tecnológicos na Participação Política Colectiva.....	5
4. Nota Metodológica	7
DINÂMICAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACÇÃO POLÍTICA COLECTIVA	10
1. Os Movimentos Sociais – Uma Revisão da Literatura: Abordagens, Conceitos e Definições.....	10
1.1. Disciplinas e Abordagens Teóricas à Mobilização Social Colectiva	11
1.2. O Debate – Movimentos Sociais Tradicionais <i>versus</i> Novos Movimentos Sociais.....	13
2. O Elemento <i>COMUNICAÇÃO</i> nas Dinâmicas de Mobilização Social e Política	16
Capítulo III.....	19
DO MOVIMENTO OPERÁRIO AO 15 DE OUTUBRO – Práticas comunicativas nas dinâmicas de mobilização social	19
1. A Era Industrial no Século XIX: Consciência de Classe – Eclosão do Movimento Operário	19
1.2. A Luta Proletária: Reflexões sobre os Processos Comunicativos	22
2. Os Indignados Globais - Movimento 15 de Outubro e Occupy	25
2.1. Práticas Comunicativas – “More Prepared, More Informed, More Indignant”.....	27
2.2. Internet e Dinâmicas de Mobilização Política – Só novas Oportunidades? Análise dos obstáculos para os Activistas.....	31
Considerações Finais.....	35
Bibliografia	37
Anexos:	
A – Manifestos	
B – Imagens	

CAPÍTULO I

OS MOVIMENTOS DE INDIGNAÇÃO, AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO E AS REDES DA SOCIABILIDADE.

1. 15 de Outubro, Occupy e Los Indignados: Protestos Globais e Participação Política

Curiosos acontecimentos marcaram o ano de 2011. Da crise dos mercados financeiros globais, particularmente manifesta nas sucessivas crises da dívida pública, que no decorrer dos últimos anos têm afectado alguns estados, à crise de ordem política, em grande parte materializada na chamada “crise do estado-providência” (CASTELLS, 2007) e amplamente agravada pelos programas de austeridade desenhados como solução de salvamento para a crise financeira. E ainda, uma (consequente?) crise de ordem social, pautada sobretudo pela asfixia económica, precariedade laboral e descontentamento político. Diversos elementos que, conjugados, serviram de cenário ao despoletar de um conjunto de eventos de contestação social e política.

Assistimos a uma onda de protesto colectivo que percorreu o globo. Das revoltas sociais no seio da Primavera Árabe, onde a população se insurgiu contra os regimes autoritários até então vigentes, aos diversos protestos de indignação colectiva que emergiram essencialmente no contexto ocidental. Neste último caso, recordem-se os Los Indignados, em Espanha, ou o Occupy - inicialmente em Wall Street, mas que rapidamente contagiou outras capitais – e ainda o Movimento 15 de Outubro, global por definição, que emergiu simultaneamente em diversos locais do globo. Em todos, o protesto foi de indignação, e os objectos contra os quais se insurgiram estas mobilizações colectivas bastante semelhantes. Assumiram-se sobretudo contra forças internacionais (dos mercados às instituições transnacionais), mas também contra os governos nacionais – sob os quais a contestação recaiu, sobretudo, contra decisões tomadas sob a alçada destes actores internacionais.

Procuraram expressar um sentimento de “injustiça em massa”, contestando as condições de vida que o actual sistema económico e governamental estaria a causar. Denunciaram a escassez e a precariedade laboral em que vivem, acima de tudo a asfixia económica com a qual gerem os seus quotidianos. Deram voz à frustração política, exprimindo a saturação pelos diversos actores políticos, pela falta de representação política, advogando o fim da “ditadura financeira” em prol de uma democracia directa, de uma “democracia real”¹.

Estes recentes movimentos de contestação política manifestam, no entanto, uma tendência marcante na relação entre os cidadãos e a esfera política “desde a década de 1990” (DAHLGREN, 2004: xi). Desde então, o modelo político liberal do Ocidente tem mostrado

¹ In Manifesto “Democracia Real YA”, ver Anexo A.

² Informação consultada no site <http://www.legislativas2011.mj.pt/legislativas2011/> a 28 de Abril de

sinais de estagnação. A arena política oficial tem testemunhado um declínio no apoio e na participação (DAHLGREN, 2004). Vive-se um aparente *des-engagement* político, principalmente no seio das camadas mais jovens da população (CARPINI, 2000).

A participação na esfera política através do voto tem diminuído de forma flagrante (em períodos eleitorais, um pouco por todo o mundo ocidental, a abstenção é notícia recorrente). E, simultaneamente, a própria afiliação partidária mostra sinais de declínio (DALGHREN, 2004). Os indivíduos parecem estar libertos “das mega-ideologias que historicamente prometiam um futuro melhor”, aguardando até ao último momento para se decidir em quem votar - já que não se identificam totalmente com nenhuma cor política (LIPOVETSKY e SERROY, 2010: 60).

E, além do flagrante “desencanto” com a política formal, “a insegurança económica, o desemprego, o declínio ao nível dos serviços sociais, o aumento das diferenças entre classes, o dilema ecológico e um sentido de impotência entre os demais cidadãos, são tudo parte do retrato” (DALGHREN, 2004: xi).

Foi precisamente contestando tal retrato que estes protestos se mobilizaram. Parecem assumir-se como evidência do desenvolvimento de uma esfera de participação política alternativa, “fora do contexto parlamentar” (DALGHREN, 2004: xi).

Tomando Portugal como exemplo para ilustrar este fenómeno, recorde-se a abstenção de 41.93% nas eleições legislativas a 5 de Junho de 2011², em paralelo à adesão por parte de algumas centenas de cidadãos ao Movimento global a 15 de Outubro³.

É de notar a tendência para a emergência de uma forma de acção política que tende a ser *ad hoc*, menos dependente das organizações tradicionais, guiada mais por valores pessoais do que por ideologias tradicionais, frequentemente focando um 'single issue' em vez de toda uma agenda de mudança social (DALGHREN, 2004; CASTELLS, 2007).

“O sistema partidário perdeu o seu atractivo e fiabilidade e, para todos os efeitos, é um resqúicio burocrático privado da confiança do público” (CASTELLS, 2007: 481).

Como concluem Inglehart e Catterberg (2003), citados por Manuel Castells, “quando e se os cidadãos se sentem frustrados, voltam-se para formas políticas não institucionalizadas” (CASTELLS, 2007: 492).

² Informação consultada no site <http://www.legislativas2011.mj.pt/legislativas2011/> a 28 de Abril de 2012.

³ Em boa verdade, notamos a participação de “algumas centenas de pessoas prontas a demonstrar o seu descontentamento com o sistema” para uma participação de apenas 58.07% dos eleitores inscritos nas legislativas. Proporcionalmente, e em termos directos, é evidente uma menor afluência às urnas, no entanto, é de reforçar que está em causa o sufrágio universal (um meio de participação política instituído) *versus* um momento de participação popular informal. - informação consultada in <http://noticias.sapo.pt/info/artigo/1194078> a 28 de Abril de 2012.

Observando o actual contexto a partir deste prisma de alteração política, o aparente afastamento da política por parte dos demais cidadãos, é uma tendência meramente “aparente”. Não assistimos a uma retirada da população da cena política, mas sim à “penetração de uma política simbólica no sistema político” (CASTELLS, 2007: 493). Política simbólica que se parece assumir nesta forma de participação política espontânea, através de movimentos de contestação colectivos.

2. A Era Digital – O *Informacionalismo* de Castells na Sociedade em Rede

Nos referidos eventos de acção política colectiva, encontram-se semelhanças cruciais tanto ao nível das suas contestações como da (in)definição dos inimigos do seu protesto. Nas diversas cidades onde o Movimento 15 de Outubro ocupou as ruas, no Occupy ou nos Los Indignados é consensual o sentimento de saturação quanto ao sistema político e económico vigente. Já no que respeita ao alvo do protesto é de notar uma ausência de definição específica. Contra “os poderes estabelecidos”⁴, contra os “políticos e banqueiros” (...).

Torna-se, no entanto, redutor olhar estes protestos apenas à luz do contexto político que os envolve. Um olhar diagonal denota ainda a existência de um outro elemento comum - as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC). A internet, e em particular o uso das demais plataformas que dinamizam a sociabilidade digital entre os indivíduos – Facebook, Twitter, etc -, conjugada com as potencialidades trazidas pela instrumentalização dos diversos dispositivos tecnológicos, foram não só fundamentais no seio das dinâmicas de mobilização em causa, como ainda parecem ser reflexo/evidência de todo um fenómeno que actualmente testemunhamos e que se repercute aos mais diversos níveis da sociabilidade.

A este respeito Lipovetsky e Serroy introduzem uma curiosa metáfora para descrever a generalidade do actual contexto: vivemos, segundo os autores, no “mundo dos ecrãs”. O homem actualmente “nasce, vive, trabalha, ama, diverte-se, viaja, envelhece e morre acompanhado por ecrãs” (LIPOVETSKY e SERROY, 2010: 96). Este ecrã é o símbolo que representa a presença da tecnologia no quotidiano actual. A sua presença parece ser brutal - seja no que respeita a diversidade de dispositivos tecnológicos que estão actualmente disponíveis, seja no amplo complexo de actividades que proporcionam aos seus utilizadores, directa ou indirectamente.

Em boa verdade, a complexidade do actual contexto social está fortemente marcada pela emergência de um novo paradigma tecnológico, paradigma esse que tem como base precisamente estas tecnologias de informação e de comunicação (CASTELLS, 2005). Dado o papel nuclear que assumem, são alvo de vasta reflexão, sendo apontados como representantes de um novo e alterado fenómeno social.

⁴ In “Manifesto 15 de Outubro – Internacional”, ver Anexo A.

Ao fenómeno que actualmente parece estar a ter lugar sob a égide destes dispositivos é, genericamente, dado o nome de sociedade de informação ou sociedade do conhecimento. A terminologia baseia-se na centralidade que tanto a informação, como o conhecimento constituem para a conjuntura actual. Contudo, e antes de mais, é importante ressaltar que, o facto de se considerar a transformação profunda de uma sociedade - ao nível de uma potencial alteração de paradigma, como argumentam alguns autores⁵ - não pode ser justificada apenas pela existência de *mais* informação. Haver *mais* informação (em quantidade) é um elemento não suficiente para sustentar a hipótese de que as mudanças actuais são sintomas de um novo tipo de sociedade⁶.(WEBSTER, 1997).

Neste sentido, a fim de dar nome à sociedade que emerge, Castells parece utilizar a terminologia mais apropriada – o autor baptiza o fenómeno de “Informacionalismo” (CASTELLS, 2004: 9). Embora em moldes naturalmente diferentes, o conhecimento e a informação não só são, como sempre foram fundamentais no seio de qualquer sociedade em qualquer contexto histórico. “O que é novo é o facto de serem de base micro electrónica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes” (CASTELLS, 2005: 4). Como demonstrou o historiador Thomas Hughes “as redes energéticas eram as infra-estruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída”, no contexto actual, segundo Castells, as redes são reformuladas pela comunicação digital, assumindo-se como a coluna vertebral desta sociedade (CASTELLS, 2005: 4).

Tomando em consideração este paralelismo com a sociedade industrial, pode argumentar-se ainda que o *Informacionalismo* é o paradigma tecnológico que constitui a base material das sociedades deste início do século XXI, assim como, durante o século XX, o paradigma industrial foi o dominante – associado à Revolução Industrial (CASTELLS, 2004). Assiste-se, assim, a uma estruturação semelhante à da época industrial, mas sob a égide deste novo paradigma - o informacionalismo, “que supõe o aumento da capacidade humana em processar informação e comunicação” (CASTELLS, 2004: 11).

Seguindo esta linha de pensamento, torna-se inevitável considerar todo um caminho de transformação para uma nova forma de sociedade, a Sociedade em Rede, que além da sua forma de organização em redes digitais, se caracteriza pela “globalização das actividades económicas; pela flexibilidade e instabilidade do emprego; por uma cultura de virtualidade real; e ainda pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço” (CASTELLS, 2007: XXIX).

Assiste-se, portanto, à emergência da sociedade informacional apta de capacidades únicas ao nível do processamento de informação e de comunicação, apenas possíveis graças às revoluções na micro electrónica, no software e na engenharia genética que têm vindo a ocorrer

⁵ Leia-se, a este respeito, a vasta bibliografia de Manuel Castells sobre temática.

⁶ A este respeito o autor Frank Webster (1997), recorrendo a uma análise da literatura, reflecte sobre o paradoxo - Quantidade *versus* Qualidade da informação.

(CASTELLS, 2005). Tudo isto tem vindo a realinhar de forma substancial os métodos de organização, de poder e até de produção da actual sociedade (BENKLER, 2011). É, portanto, inevitável considerar o seu impacto no seio da relação entre o cidadão e a política e, mais particularmente, ao nível das dinâmicas que envolvem os momentos de mobilização política colectiva.

Qual a “oportunidade oferecida pela comunicação electrónica para estimular as formas de participação política”? (CASTELLS, 2007: 495) Esta é uma questão amplamente discutida na bibliografia. E, o que há a reflectir sobre o impacto da comunicação electrónica no âmbito dos Movimentos de Indignação que serviram de mote à presente dissertação?

3. A Internet e os Novos Dispositivos Tecnológicos na Participação Política Colectiva

É evidente que tanto no Movimento 15 de Outubro ou no Occupy, como nos vários protestos que, durante o mesmo período, tiveram lugar no seio da Primavera Árabe, estão presentes os novos dispositivos digitais. Uma presença que é claramente perceptível no tratamento mediático que estes eventos receberam. Expressões como “Revolução Twitter na Tunísia” ou a “Revolução Facebook no Egipto”, expressões que procuraram protagonizar o poder do digital, foram recorrentes (HOFFHEINZ, 2011).

Parece ser consensual considerar que a incorporação das novas TIC se repercute ao nível da mobilização política colectiva. É, de facto, um consenso amplamente evidente na investigação académica desenvolvida em torno do tema. Apesar de ainda num estado relativamente embrionário, há evidência científica de que estas tecnologias assumem um papel significativo no contexto político extra-parlamentar (DALGHREN, 2004).

No entanto, são simultaneamente evidentes alguns desencontros quando pensado o alcance efectivo e os efeitos reais desse impacto na esfera da acção colectiva, em particular, e até, de uma forma geral no que concerne o seu impacto na esfera da prática democrática.

Em grosso modo, podem agrupar-se as demais considerações sobre a temática em torno do debate entre ciber-utópicos *versus* ciber-cépticos (HOFHEINZ, 2011).

“Com a propagação dos media sociais e da comunicação móvel, as redes sociais estão a tornar-se não só vastamente maiores, mais rápidas e menos limitadas pelos constrangimentos de tempo e de espaço, mas também uma ameaça às autoridades estabelecidas” (HOFHEINZ, 2011: 1428).

Com base nesta evidência é comum encontrar-se entre os ciber-utópicos um discurso optimista, repleto de entusiasmo, defendendo um leque de possibilidades quase que democratizantes, resultado da introdução das TIC na esfera da participação democrática. Leia-se

Bimber (2003) como exemplo, para quem “a Internet está a democratizar os processos de acção colectiva e organização política já que permite um nivelamento das estruturas democráticas e torna as fronteiras mais porosas” (CARTY, 2010: 159).

Já para os ciber-cépticos, é recorrente um discurso pessimista ou até alarmista, que procura revelar um conjunto de limitações na comunicação mediada pelo digital. Segundo Morozov (2011), citado por Hofheinz (2011: 1420), “os governos autoritários podem usar a internet para aperfeiçoar as técnicas de vigilância, disseminar propaganda de ponta, pacificar as suas populações com entretenimento digital”. Defendem um carácter “meramente” instrumental da Internet e que pode ser manipulado contra o interesse democrático dos activistas.

Ademais, no seio da literatura tendencialmente céptica sobre a relação entre a Internet e a esfera de acção colectiva, é de ressaltar um outro argumento dominante. Muitos defendem que os novos dispositivos não são *de facto* uma mais valia, já que perpetuam aquilo que é feito em ambiente *offline*. Para Agre (2001), citado por Bennet (2003: 5), “na maior parte dos casos a Internet é subordinada às rotinas existentes”, permitindo pouco mais do que amplificar e economizar as práticas já instituídas. É defendendo este carácter de subordinação às práticas instituídas que alguns teóricos refutam o poder das novas potencialidades que entre os utópicos é frequente encontrar.

Perante este debate e antes de mais, é de ressaltar a advertência de Dalghren (2004: xv): Por um lado é necessário “evitar ficar obcecado com a comunicação tecnológica por si só”, mas por outro é também necessário não olvidar que a internet constituiu uma revolução no mundo da comunicação. Apesar dos prós e contras das novas tecnologias e dos sistemas de comunicação, “existe ampla evidência de que a Internet resultou numa alteração significativa na capacidade de comunicação e potencial para a organização política”(CARTY, 2010: 160).

É partindo deste debate, e considerando o *background* que o contextualiza, que se pretende desenvolver a presente dissertação - entender a importância das TIC no seio das dinâmicas de mobilização política extra-parlamentar.

Por forma a evitar o desenvolvimento de um estudo que se enquadre linearmente numa das correntes acima analisadas, será inicialmente, considerado o carácter comunicacional que é inerente às demais tecnologias. É, portanto, um trabalho centrado nos processos comunicativos que envolvem as dinâmicas de mobilização política colectiva.

Pretende-se reflectir como as práticas comunicativas, em geral, assumem um papel fundamental e essencial, apesar das diferentes estratégias ou canais utilizados para materializar ou facilitar estas práticas. Para esta análise, por forma a enfatizar o carácter fundamental da comunicação, será desenvolvida uma reflexão sobre os processos comunicativos inerentes às dinâmicas de mobilização política à luz do paralelismo entre dois eventos de acção política distintos, e simultaneamente representantes de dois momentos historicamente distintos. Por um

lado, o **Movimento Operário, do século XIX**, emergente em plena era industrial e, por outro, **os recentes movimentos de indignação**, que servem de mote a este primeiro capítulo.

Através deste paralelismo pretende-se, em primeiro lugar, reforçar a importância dos processos comunicativos, em geral, por forma a evitar um determinismo tecnológico ou um optimismo ingénuo quando pensado o papel das novas TIC no seio da protesto político colectivo. Seguidamente, pretende-se, reflectir os efeitos reais da incorporação das TIC nas novas formas de mobilização social, já que, como defendido por diversos autores, a incorporação da Internet e das novas TIC, representam um elemento revolucionário no seio das dinâmicas da comunicação, que de forma alguma pode ser ignorado (CASTELLS, 2004; 2009; DALGRHEN, 2004; LIPOVETSKY e SERROY, 2010)

Em suma, realçado o papel fundamental dos processos comunicativos para a mobilização colectiva, pretende-se que seja também possível realçar quais as efectivas novas oportunidades que nascem da relação *media digitais - acção política*, bem como, quais as limitações resultantes desta relação. Este balanço permitirá extrair reflexões ponderadas evitando não só um optimismo *naive*, como também um pessimismo negligenciador comum em torno da temática.

4. Nota Metodológica

É objectivo reflectir os processos comunicativos envolventes às dinâmicas de mobilização política colectiva à luz do paralelismo entre dois eventos de protesto colectivo distintos. A fim de delinear dois eventos objectivamente distintos, é tido em consideração o debate teórico entre os Movimentos Sociais Tradicionais *versus* Novos Movimentos Sociais. Considera-se, portanto, um caso de protesto colectivo ilustrativo de cada um destes fenómenos de mobilização. O Movimento Operário, emergente em plena era industrial, a fim de ilustrar o primeiro fenómeno de mobilização, e no que respeita as novas formas de participação política colectiva, a análise recai sobre os movimentos de indignação que emergiram no ano de 2011, em plena era da comunicação digital – o Movimento 15 de Outubro e o Occupy.

A metodologia que serve de suporte à investigação é essencialmente de ordem qualitativa e conduzida através de análise documental, pelo que a pesquisa desenvolvida remete-nos essencialmente para a interpretação de um diversificado espectro de documentos.

No que respeita o Movimento Operário, com vista a delimitação deste caso de estudo, sendo o Movimento Operário constituído por uma multiplicidade de eventos, são primordialmente consideradas as diversas manifestações da acção colectiva operária durante o século XIX, em pleno período de industrialização das relações sociais e laborais. Neste século, assistimos às revoltas laborais mais espontâneas e verdadeiramente em formato de protesto colectivo.

O objecto geográfico dos exemplos remete-nos para a Inglaterra industrial, já que esta foi o *locus* deste momento histórico. No entanto, é feito um esforço de forma a diversificar o alcance geográfico, recorrendo a exemplos da bibliografia referentes a outros locais.

Sendo objectivo primordial reflectir os processos comunicativos envolventes ao movimento, foram analisados essencialmente livros e artigos cuja análise recai directa ou indirectamente sobre as estratégias de comunicação utilizadas pelos actores envolvidos na luta operária de então.

Paralelamente, foram observados os recentes protestos de indignação - o Occupy e o Movimento 15 de Outubro. Embora sejam acções colectivas distintas, no seio da dissertação, ambos representam fragmentos de um mesmo processo - no que diz respeito à sua natureza, são ilustrativos das problemáticas que concernem aos Novos Movimentos Sociais.

De salvaguardar que, durante o mesmo período assistimos à emergência de outros eventos de protesto semelhantes, sejam os Los Indignados, ou o movimento Democracia Real YA!, e tantos outros. No entanto, a eleição dos primeiros dois, em detrimento de outros eventos, prende-se com o impacto que tiveram na cena pública. O destaque mediático que receberam, conjugado com o largo espectro de estratégias comunicacionais a que deram uso, fazem destes eventos casos extremamente ricos para o ilustrar os processos comunicativos no seio da acção política colectiva em geral, e, em particular, para o estudo da integração das novas tecnologias digitais no contexto da participação política colectiva.

Neste caso, para uma análise teórica dos processos comunicacionais, foram analisados artigos e estudos académicos que desenvolvem a sua análise sobre a temática. Para a incorporação de elementos empíricos ilustrativos dos pressupostos teóricos, são recolhidas informações provenientes de diversas fontes, nomeadamente, de artigos noticiosos e de opinião – provenientes de jornais, revistas (on-line e/ou em suporte de papel) – e dos sites online de cada movimento. Aqui, as fontes multiplicam-se por uma multiplicidade de suportes multimédia, e através de hiperligações foram consultados diversos outros ambientes online.

Assim,

- **Movimento 15 de Outubro** - Sendo um movimento global por excelência, no seio da dissertação qualquer referência ao movimento recai sobre a sua identidade internacional, e ainda, face à proximidade geográfica, sobre a sua expressão local, em Portugal. Deste modo, os exemplos utilizados têm como suporte o site correspondente à expressão internacional do Movimento, <http://15october.net/>, e a página do movimento em Portugal <http://www.15deoutubro.net/>, bem como nas respectivas páginas que marcam a presença do movimento nas principais redes sociais: Facebook e Twitter⁷.

⁷<http://www.facebook.com/pages/15-Outubro/161447463927164> e http://twitter.com/#!/15_Outubro, respectivamente.

- **Occupy** – Face à complexidade que apresenta, já que facilmente se parece assumir como uma multiplicidade de protestos, será primordialmente considerada a página da expressão universal do protesto - www.occupy.com. Esta agrega um conjunto de informações, também elas disponíveis numa multiplicidade de suportes multimédia, e ainda ligações para as diversas expressões locais do Occupy. Foi dada primazia à expressão global do movimento, no entanto, sempre que oportuno, foram também consideradas outras expressões geográficas, desde que válidas para ilustrar pressupostos teóricos em análise.

Com a observação destas fontes documentais e ainda recorrendo às notícias que cobriram os eventos, pretende-se aglomerar uma amostra ilustrativa daquelas que são as demais estratégias de comunicação utilizadas pelos movimentos colectivos contemporâneos.

Através do paralelismo pretende-se começar por (1) reforçar a importância dos canais de comunicação para as dinâmicas de mobilização política colectiva. Esta reflexão acerca da essência do elemento comunicação no seio da participação política colectiva, permite evitar assumir um debate utópico ou pessimista sobre as práticas comunicativas no seio da mobilização social contemporânea.

Seguidamente, após apurado o papel fundamental da comunicação, pretende-se, através de uma revisão bibliográfica, e do recurso aos casos reais que o Occupy ou o 15 de Outubro nos fazem chegar, (2) entender e explorar os efeitos efectivos da incorporação das TIC nas novas formas de mobilização social, apaziguando o debate entre os pólos opostos da literatura sobre o tema.

O suporte metodológico apresentado é uma análise documental, ilustrada pela análise comparativa entre estudos de caso. Este é um método que procura, essencialmente, explorar perspectivas teóricas relevantes (DELLA PORTA, 2002). É nesta medida, que se torna um método adequado aos objectivos desta pesquisa.

Os limites do suporte metodológico apresentado prendem-se essencialmente com os limites associados à utilização da análise documental - a interpretação dos documentos, já que toda a investigação será desenvolvida essencialmente em torno da análise pessoal de documentos (MOREIRA, 2007).

Face a diversos factores que condicionam a investigação, nomeadamente o tempo disponível para o desenvolvimento da mesma, bem como o limite respeitante ao número de páginas pretendido, procura-se, acima de tudo, reflectir e refinar importantes questões teóricas que servem de fundo ao tema. Também por este motivo se aplica a análise comparativa entre os casos apresentados, já que esta é, sobretudo, “um sistema para questionar e não para responder” (STRETTON, 1969 citado por DELLA PORTA, 2002).

CAPÍTULO II

DINÂMICAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACÇÃO POLÍTICA COLECTIVA

1. Os Movimentos Sociais – Uma Revisão da Literatura: Abordagens, Conceitos e Definições

“Os Movimentos Sociais divergem em ideologia, objectivos, tamanho, contexto social, estrutura organizacional e nas suas actividades”
(DE DONK, *et. al*, 2004: 7).

A par com os elementos divergentes que facilmente se podem identificar entre movimentos (e até dentro do mesmo dependendo dos níveis de análise), existe simultaneamente grande variação ao nível da concordância entre conceitos e pressupostos de categorização teórica na bibliografia sobre o tema.

Face ao largo espectro de definições de que o próprio conceito de Movimento Social é alvo na literatura, importa esclarecer o que é entendido pelo conceito no seio do presente estudo.

Ora, então, é tida em consideração a definição de Movimento Social tomada por Castells, que por sua vez adapta a teoria desenvolvida por Alain Touraine acerca da temática. Assim, segundo o autor, definir Movimento Social deve ter por base três princípios (adaptação da tipologia clássica de Touraine). A *identidade* do movimento, o seu *adversário* e, por fim, o seu *objectivo*. Por identidade de um movimento, Castells, refere-se à autodefinição do movimento - “o que ele é, e em nome de quem se pronuncia” - por adversário entende-se o principal inimigo do movimento, e por objectivo, entende-se a visão social que o movimento projecta para a sociedade e em nome do qual o movimento promove o protesto. (CASTELLS, 2007: 88).

Os Movimentos Sociais, a par com a sua centralidade na actualidade, assumem também protagonismo quando questionado o seu papel no decorrer da história. O protesto político colectivo não é evidentemente uma novidade na relação entre os cidadãos e a estrutura social e política que os envolve. Ao longo da história, o tema tem sido um objecto de estudo sedutor para teóricos das mais diversas disciplinas.

São várias as disciplinas de conhecimento que abordam a temática da mobilização social colectiva: História, Ciência Política, Sociologia, Psicologia Social. Entre disciplinas, e até, no seio das mesmas, é facilmente visível uma grande diversidade ao nível das abordagens a partir das quais os protestos de acção colectiva são analisados (ponto 1.1).

Simultaneamente, numa revisão diagonal sobre a literatura dominante acerca da temática, é inevitável o encontro com o debate entre Movimentos Sociais Tradicionais e Novos Movimentos Sociais (ponto 1.2). No âmbito da presente dissertação entender os principais trâmites deste debate é fundamental, já que permite construir uma base teórica rigorosa para o desenvolvimento do paralelismo entre o histórico Movimento Operário, por um lado, e o 15 de Outubro e Occupy, por outro.

1.1. Disciplinas e Abordagens Teóricas à Mobilização Social Colectiva

Revedo a bibliografia e no intuito de sumariar as abordagens teóricas distintas ao fenómeno da mobilização social e política, Dalton (1994) desenvolveu um curioso trabalho de síntese (DE DONK, *et. Al*, 2004).

O autor identificou cinco abordagens teóricas dominantes na literatura, entre elas podem realçar-se a Teoria Clássica (a), a Teoria da Mobilização de Recursos (b), e a Perspectiva das Oportunidades Políticas (c).

A Teoria Clássica (a) estuda a mobilização social a partir do prisma do comportamento colectivo. Aqui encontramos uma interpretação clássica dos Movimentos Sociais, na qual os trabalhos de Smelser e de Turner são um marco importante⁸ (PROIETTO, 1995). Resumidamente, os autores “observam os Movimentos Sociais como *intromissões* no campo da sociedade, como energias que inicialmente perturbam o sistema, mas que o destino comum é ou dissiparem-se inofensivamente ou ficarem estabilizados através de processos de institucionalização” (PROIETTO, 1995: 358).

Por sua vez, a Teoria da Mobilização de Recursos (b), e principalmente no que respeita a investigação da década de 1960, contrariamente à Teoria Clássica, combate a ideia de irracionalidade dos movimentos sociais (PROIETTO, 1995). Esta abordagem foca a institucionalização da actividade do movimento social, sendo analisado o papel das organizações dos movimentos na mobilização para o protesto, na facilitação do activismo e na produção de mudança social (SMITH e FETNER, 2007). O foco recai sobre a acção dos actores sociais implicados no curso de acções estratégicas, considerando quais os recursos e os incentivos para a acção colectiva. (DÍAZ, 2010).

Nos primeiros desenvolvimentos desta abordagem teórica aos Movimentos Sociais, na qual se podem destacar os teóricos McCarthy and Zald (1977), os Movimentos Sociais são concebidos como uma organização, pelo que é dado enfoque à sua capacidade de utilizar os recursos disponíveis (dinheiro, tempo, reputação, compromisso, etc.) em prol da mobilização (PROIETTO, 1995).

⁸ “The Theory of Collective Behavior” de Smelser (1962), in PROIETTO (1995).

Já, no que respeita a Perspectiva das Oportunidades Políticas (c), como a denominação o indica, os Movimentos Sociais são abordados tendo a análise do contexto político como elemento nuclear. No seio desta abordagem são explorados os impactos da estrutura política e social nas dinâmicas de mobilização colectiva - de que forma as instituições da política formal e até os alinhamentos tendencialmente informais da esfera política envolvente condicionam o desejo de grupos menos poderosos afectarem e desafiarem a ordem existente (SMITH e FETNER, 2007).

No seio desta abordagem são consideradas diversas dinâmicas da estrutura social, como é exemplo a análise do impacto do nível de abertura de um determinado contexto político sob a mobilização. Observe-se o trabalho de Tilly (1978), o autor defende que é maior a tendência para a mobilização social quanto maior for a abertura à participação política (SMITH e FETNER, 2007). Para Tilly (2004: 12), a “democratização promove a formação de movimentos sociais”. Geralmente, as instituições democráticas, como exemplo, impedem as rebeliões populares violentas. No entanto, “o *empowerment* que o ambiente democrático concede aos cidadãos”, através dos processos eleitorais e outras formas de consulta popular, conjuga-se com protecção de liberdades civis, “como a liberdade de associação, no intuito de canalizar o *claim* popular na forma de movimentos de protesto social” (TILLY, 2004: 12-13).

Completando o argumento, Eisinger (1973) introduziu o conceito de 'u-invertido'. Para o autor, “se um local é extremamente aberto à integração de *outsiders* políticos, os movimentos sociais são suprimidos, já que são vistos como desnecessários. Contrariamente, no outro extremo, “um sistema demasiado fechado irá também suprimir a emergência de um movimento social”. Para o autor, a mobilização tende a ocorrer nos locais alocados entre estes dois extremos da abertura política (SMITH e FETNER, 2007: 16).

Diversos teóricos têm trabalhado no sentido de desenvolver uma conceptualização mais multifacetada a este nível, no entanto, a literatura dominante tem apoiado estas primeiras considerações teóricas (SMITH e FETNER, 2007).

Além destas abordagens, Dalton identificou ainda a Perspectiva Ideológica Estruturada e a Perspectiva Discursiva ou Construtivista, como as duas últimas abordagens igualmente dominantes no estudo da mobilização colectiva (DE DONK, *et. al*, 2004). Apesar da síntese que desenvolveu, no intuito de arrumar as diferentes teorias e abordagens presentes na literatura sobre a temática, olhando internamente estas categorizações, são encontrados elementos distintivos entre si. Trata-se de toda uma complexidade teórica, aprofundada não só devida às várias abordagens existentes, como também devida às várias disciplinas de base e ainda aos múltiplos níveis e unidades de análise que podem servir de base metodológica ao estudo de determinado fenómeno de acção colectiva.

No seio da presente dissertação, é conveniente referir brevemente a existência desta diversidade teórica e quais os principais pressupostos que defendem. Contudo, a intenção não é

cair numa reflexão aprofundada sobre o debate entre as abordagens teóricas existentes. Enquadrar o entendimento teórico dos Movimentos Sociais permite um estudo mais consistente das dinâmicas envolventes à mobilização social.

Ao longo do presente estudo, várias abordagens são tomadas em conta desde que apresentem elementos relevantes para a análise dos processos comunicativos inerentes às dinâmicas de mobilização política.

1.2. O Debate – Movimentos Sociais Tradicionais *versus* Novos Movimentos Sociais

A fim de desenvolver uma análise respeitante aos processos comunicativos inerentes às dinâmicas de mobilização social política, e como referido anteriormente, é desenhado um paralelismo entre o Movimento Operário e os recentes protestos políticos – 15 de Outubro e Occupy. Tratando-se de dois fenómenos de mobilização social respeitantes a dois períodos históricos distintos – à era industrial e à era informacional, respectivamente – faz sentido, ao nível da revisão bibliográfica sobre o tema, reflectir, independentemente das abordagens teóricas que estudam as dinâmicas de mobilização social, quais as principais características e especificidades dos movimentos sociais actuais em detrimento do que terão sido no passado.

Os protestos populares, enquanto complexo de acção política, assumem determinado conjunto de características e especificidades que parecem estar relacionados com o contexto histórico em que se enquadram. Segundo Alain Touraine (1984), para cada sociedade (ou 'sistema de acção histórica') corresponde um conflito central entre dois movimentos sociais” (HAUBERT, 2011: 645-673).

Na literatura, encontramos um extenso debate que se debruça sobre esta dicotomia: Movimentos Sociais Tradicionais versus Novos Movimentos Sociais. Na presente análise, e de forma a estruturar a revisão bibliográfica neste debate, para cada tipologia de Movimento serão reflectidas as características relacionadas com o contexto histórico envolvente, base social, alcance geográfico, objectivos do protesto, repertório de acção, características culturais e modelo de organização.

1.2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS TRADIDICONAIS

“O desenvolvimento dos chamados Movimentos Sociais Tradicionais está relacionado com a emergência da sociedade industrial”
(FEIXA *et al.*, 2009: 423).

Tradicionalmente, o protesto popular estava relacionado com a luta de classes. “Como é que milhares de decisões individuais são transformadas num evento colectivo que chamamos de

movimento social?” Classe. Segundo Eder (1993: 9), o conceito era o argumento explicativo para a acção colectiva.

As dinâmicas de acção colectiva tradicionais apresentavam uma base social bastante rígida, definida por fronteiras concretas de classe, de nação e de condição social (FEIXA *et al.*, 2009). Segundo Touraine (1984), “na sociedade industrial, o conflito dá-se entre o movimento da burguesia industrial e o movimento operário” (HAUBERT, 2011: 645-673).

Ao nível do alcance geográfico, os protestos de acção colectiva tradicionais eram locais, ainda que, “ocasionalmente se mostravam envolvidos em processos revolucionários ao nível nacional e até internacional” (FEIXA *et al.*, 2009: 426).

Quanto aos objectivos do protesto, estes eram essencialmente de ordem política e económica: “remetendo primeiramente para questões materiais”. Embora, frequentemente se encontravam incluídas questões de ordem política e moral: “como a democratização, o direito ao voto, a igualdade de direitos” (FEIXA *et al.*, 2009: 426).

As greves e as manifestações eram as estratégias mais comuns ao nível do repertório de acção. Já no que respeita as suas características culturais, “estes movimentos envolviam linguagem verbal (the meeting), o imaginário da 'luta' (life is a struggle) e toda uma produção cultural situada na galáxia de Guttenberg (jornais, brochuras, livros)” (FEIXA *et al.*, 2009: 426).

O modelo de organização dominante é eficazmente representado através da metáfora do bando, uma vez que a acção colectiva tradicional estava normalmente baseada em grupos locais, com uma coesão interna bastante forte, transportando sinais e símbolos de identidade que claramente permitia diferenciar os *insiders* dos *outsiders* ao movimento (FEIXA *et al.*, 2009).

1.2.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em contrapartida, “o desenvolvimento dos Novos Movimentos Sociais remete-nos para a década de 1960, relacionada com a emergência de novos modos de acção colectiva na era dos *mass media* e da contra-cultura juvenil” (FEIXA, *et al.*, 2009: 423).

A base social destes protestos “ultrapassa as questões de classe, integrando outros critérios de identidade: geração, género, orientação sexual, afecto e etnicidade.” (FEIXA, *et al.*, 2009: 426). Nas novas formas de participação colectiva o *focus* está na dimensão cultural, implicando “novos processos de identidade colectiva (...) baseados em fontes de identidade variadas e flexíveis. Estão em causa coligações baseadas na afinidade, na contingência e no posicionamento móvel” (CARTY, 2010: 157).

Ao nível organizacional, os movimentos sociais contemporâneos distinguem-se das formas de organização colectiva tradicional porque são constituídos por redes articuladas que permitem

a associação múltipla e a participação em part-time (CARTY, 2010)⁹. Assumem-se formas de participação política bem mais flexíveis. Flexibilidade visível até no que respeita a projecção e o alcance temporal - são orientados para o presente e as suas mobilizações são episódicas, contrariamente aos movimentos tradicionais em que a acção era direccionada ao futuro (PROIETTO, 1995).

“Os participantes nos Movimentos globais não pretendem o retorno à visão romântica do estado, como em muitos dos movimentos operários do Século XIX”
(TUCKER, 1991: 78).

Simultaneamente, o alcance geográfico alterou, passando de local para regional ou transnacional (FEIXA *et al.*, 2009). Como argumenta Melucci (1981), “a acção dos Novos Movimentos Sociais é, cada vez mais, concebida de acordo com uma base planetária” (PROIETTO, 1995: 377). “Como as forças globais alteraram a autoridade e a estrutura do Estado-Nação”, estas forçaram os actores envolvidos nas dinâmicas de mobilização social “a adaptar as suas próprias estratégias organizacionais” (SMITH e FETNER, 2007: 42). Assiste-se assim, a uma adopção de estratégias “para responder – se não para afectar – as mudanças no *locus* da autoridade” (SMITH e FETNER, 2007: 24). Na literatura encontramos, neste seguimento, o conceito de Movimentos Sociais Globais ou Transnacionais (COHEN e RAI, 2000).

No que respeita o repertório de acção, os movimentos globais são bastante ricos. Por um lado, é visível um enfoque em acções performativas, como que lúdicas ou até teatrais - *sit-ins*, ocupações, manifestações, encontros entre activistas, etc (FEIXA, *et al.*, 2009). Por outro, está ainda presente toda uma nova tipologia digital de acção: sites de protesto, o *culture jamming* ou o *hacktivism* (LAER e AELST, 2010).

De forma genérica, o desenvolvimento tecnológico e a consequente introdução do elemento digital concedeu à sociedade oportunidades mais sofisticadas para as suas acções (LAER e AELST, 2010). Embora o desenvolvimento tecnológico seja a principal justificação para o alargamento do repertório de acção dos novos movimentos sociais (LAER e AELST, 2010), não é naturalmente a única. “As alterações no contexto político e organizacional implicou bem mais directa e imediatamente a forma como os movimentos sociais actuam” (TILLY, 2004). E, já que os Movimentos transnacionais procuraram adaptar-se à alteração do *locus* de autoridade, “a Internet é um instrumento proeminente nesta reorganização táctica e necessária” (BENNET, 2003).

⁹ A este nível recordem-se os pressupostos abordados relativamente às tendências actuais na participação política por parte dos cidadãos, capítulo I.

Embora de forma menos dominante é recorrente encontrar ainda na bibliografia o conceito de Novíssimos Movimentos Sociais (*new, new*). Segundo Feixa *et al.* (2009: 423) este novo conceito remete-nos para os protestos de acção política colectiva emergentes no início do “milénio e estão relacionados com a emergência de novos modos de activismo colectivo, na era de redes globais”.

No seu trabalho sobre os Novíssimos Movimentos Sociais, os autores introduzem algumas especificidades teóricas que encaixam perfeitamente no tipo de protestos alvo de análise na presente dissertação. No entanto, e como os próprios autores o assumem, o modelo tripartido de Movimentos “tradicionais, novos e novíssimos” não deve ser entendido como rígido, nem estático”. “Os Novíssimos Movimentos Sociais utilizam táticas e ideologias que vêm de formas de mobilização anteriores”. (FEIXA *et al.*, 2009: 427).

Neste seguimento, e também face ao desenvolvimento teórico embrionário sobre este conceito que alega a emergência de uma novíssima forma de mobilização social, a presente dissertação apoia-se no conceito de Novos Movimentos Sociais, ou melhor de Movimentos Sociais Globais e Transnacionais que diversos outros autores utilizam, para enquadrar teórica e conceptualmente os fenómenos de protesto em análise.

2. O Elemento *COMUNICAÇÃO* nas Dinâmicas de Mobilização Social e Política

Sendo objectivo analisar os processos comunicativos relativos a cada um dos protestos colectivos em estudo, é, antes de mais, imprescindível entender o que, afinal, representam estes processos de comunicação nas demais práticas da sociabilidade, e no domínio específico da participação política colectiva.

Relativamente às dinâmicas de protesto social, existem diferentes características e especificidades entre os novos fenómenos tradicionais ou contemporâneos. Como analisado anteriormente, estes elementos distintivos entre ambos os fenómenos são visíveis a diversos níveis. No seio desta distintividade existe, porém, um elemento que lhes é particularmente comum, e que de forma geral assume um papel nuclear nas dinâmicas envolventes aos protestos. Este elemento é a *COMUNICAÇÃO*.

A “comunicação é a partilha de significado através da troca de informação” (CASTELLS, 2009: 54). “É através da comunicação que os seres humanos interagem com o seu ambiente social e natural” (CASTELLS, 2009: 4).

Para Castells (2009) é no controlo da comunicação e da informação que se baseia a noção de poder numa sociedade - “Os processos de comunicação medeiam decisivamente a forma como as relações de poder são construídas e desafiadas, em todos os domínios da sociabilidade, incluindo a prática política (...) O poder da comunicação é o núcleo da estrutura e da dinâmica de uma sociedade” (CASTELLS, 2009: 3-4).

Sendo os fenómenos de mobilização social um domínio específico da prática política, a comunicação é inquestionavelmente fundamental. A comunicação é, segundo McHale (2004)¹⁰, o primeiro instrumento ao serviço dos agentes envolvidos nos eventos de contestação. É “um elemento necessário em qualquer actividade” (McHALE, 2004: 9).

Citado por McHale, Alynsky (1971) reforça este argumento de uma forma muito pragmática: “pode faltar qualquer qualidade a um organizador, e ainda assim este ser eficaz e bem sucedido.” Com uma excepção: “a arte da comunicação. Não importa o que sabes sobre algo se não o conseguires comunicar às pessoas” (McHALE, 2004:10).

“Actuando nos códigos culturais que enquadram as mentes, os movimentos sociais criam a possibilidade de produzir outro mundo, em contraste com a reprodução de normas e disciplinas imbuídas nas instituições da sociedade” (CASTELLS, 2009: 412). A comunicação instrumentalizada pelos actores dos movimentos permite o cumprimento de funções imprescindíveis para, em última instância, permitir o alcance desta alteração de mentalidades. A comunicação de um movimento é, portanto, condição necessária “para a construção de uma realidade pública (a), para estabelecer uma identidade colectiva (b) e ainda para atingir múltiplas audiências (c).” (McHALE, 2004:10).

Possibilita a construção de uma realidade comum (a), já que através da comunicação o movimento pode influenciar as percepções do público, o que, em última instância permite influenciar a opinião pública (McHALE, 2004). Está em causa aquilo a que Manuel Castells define como processo de formação/informação da opinião pública. Sendo os alvos reais da mobilização “a mente das pessoas”, “é pela mudança da mentalidade que se espera pressionar as instituições de governo”. (CASTELLS, 2007: 189).

No seguimento, Krieisi e Wisler (1999), citados por McHale (2004: 12), reforçam que a comunicação de um movimento social “pode ser um factor catalisador para um indivíduo decidir adoptar uma nova visão do mundo”. Já que, “o modo como sentimos/pensamos determina o modo como agimos” (CASTELLS, 2009: 299).

A comunicação no seio de um Movimento assume-se simultaneamente fulcral no que concerne a mobilização de membros e a promoção de uma identidade colectiva. A este nível, considere-se Melucci (1989), citado por Proietto (1995: 374), que no seu trabalho acerca da identidade colectiva no contexto da mobilização social, define o “início das relações de comunicação, de negociação e de tomada de decisões entre os participantes”, como uma das dimensões necessárias para a construção da identidade colectiva. Ademais a comunicação é um

¹⁰ McHale desenvolveu uma análise em torno das práticas comunicativas nos eventos de mobilização em prol da mudança social. A análise empírica que desenvolveu recai essencialmente sobre a análise de eventos de protesto contemporâneos. No entanto, o enfoque primordial do argumento que desenvolve, torna viável que seja feito o recurso aos pressupostos teóricos que desenvolveu, utilizando-os como argumentos acerca da comunicação no seio dos Movimento Sociais de uma forma genérica.

“componente vital” não só para possibilitar estabelecer um sentimento de identidade colectiva, como também para o seu mantimento (McHALE, 2004:14).

Por fim, as práticas comunicativas são igualmente fundamentais enquanto meio para alcançar múltiplas audiências. De forma geral, os actores envolvidos nas dinâmicas de mobilização confrontam-se com a necessidade de comunicar para diversas audiências: seja comunicar com os membros do movimento, seja com cidadãos que possam ocasionalmente envolver-se na causa, seja, ainda, para alcançar o público em geral, os *mass media*, actores oficiais ou ainda para uma combinação das demais audiências. Estes públicos, podendo ser efectivamente internos ou externos ao movimento, são um objecto fundamental até na definição do tipo de instrumento ou estratégia de comunicação a utilizar (McHALE, 2004).

Num movimento social a comunicação “foi e é altamente baseada na interacção directa entre pessoas fisicamente presentes” (DE DONK, *et. Al*, 2004: 1). No entanto, “pelo menos nos últimos 200 anos, esta interacção directa tem sido complementada por vários media, como panfletos, brochuras, cartas” permitindo ao movimento alcançar um largo número de pessoas, tanto dentro como fora (DE DONK, *et al.*, 2004: 1).

Referir comunicação implica portanto considerar a interacção entre os presentes e o conjunto de instrumentos que permitem mediar essas práticas comunicativas. Face ao espectro de meios disponíveis, é necessário escolher qual utilizar. Esta escolha depende, portanto, do público que se pretende alcançar e das funções que se pretende que a mensagem a comunicar exerça. (McHALE, 2004).

Castells (2009: 4) diz-nos, no entanto, que “os processos de comunicação operam de acordo com a estrutura, cultura, organização e tecnologia de comunicação de uma determinada sociedade”. Como abordado, Touraine diz-nos ainda que para cada sistema de acção histórica corresponde um protesto de acção social. Assim, entende-se facilmente que entre movimentos, correspondentes a momentos de acção histórica distintos, os processos de comunicação envolvidos apresentam também nuances distintas. “A estrutura específica da comunicação de uma determinada sociedade molda os movimentos sociais” (CASTELLS, 2009: 301).

Deste modo é possível verificar o papel essencial que os processos comunicativos assumem no âmbito da mobilização colectiva em geral. Importa, seguidamente, reflectir esta centralidade de no seio de cada movimento em específico.

Capítulo III

DO MOVIMENTO OPERÁRIO AO 15 DE OUTUBRO – Práticas comunicativas nas dinâmicas de mobilização social

1. A Era Industrial no Século XIX: Consciência de Classe – Eclosão do Movimento Operário

O Movimento Operário é, por excelência, o protesto político ilustrativo do fenómeno de mobilização social tradicional, como referido no capítulo II. Ademais é, simultaneamente, o evento de protesto correspondente ao período revolucionário na história - a era industrial.

“A Revolução Industrial não foi efectivamente um episódio com princípio e fim” (HOBBSAWM, 2001: 36). De forma genérica, o fenómeno é enquadrado no século XIX, sendo a década de 80 decisiva para as transformações que caracterizam este período histórico. (HOBBSAWM, 2001).

À semelhança da própria época industrial, o Movimento Operário é constituído por uma multiplicidade de eventos, sendo ele próprio um marco fundamental na história. Contudo, e sendo objectivo a análise do protesto colectivo da classe operária, no seio da presente dissertação serão primordialmente consideradas as diversas manifestações da acção colectiva operária durante o século XIX. Neste século, assistimos às revoltas laborais mais espontâneas e verdadeiramente em formato de protesto colectivo.

O Movimento Operário foi mantendo o seu lugar na história. No entanto, com o avançar da cronologia, encontramos um “agente político integrado nas esferas das instituições públicas” (CASTELLS, 2007: 499). O Movimento Operário vai-se tornando cada vez mais institucionalizado, seja na sua evolução para as estruturas sindicais no seio da política formal, seja ao nível do aprofundamento da ideologia que enquadra o movimento, constituindo a base para o desenvolvimento de actores com assento na política formal.

Assim, consideram-se, primordialmente, as várias mobilizações de trabalhadores que foram tendo lugar neste século. Adicionalmente, sendo, a revolução Industrial “largamente um fenómeno britânico, durante a primeira metade do século XIX”, a ênfase recai inevitavelmente para os Movimentos que despoletaram neste território (BERLANSTEIN, 1992: vi). “O movimento operário inglês procura conseguir e vai de facto conseguindo conquistar, «act» após «act», direitos cívicos e garantias legais de que dispunham já as outras classes e camadas da população.” (DANIEL, 1975: 755). Desde um dos primeiros movimentos que reivindicava a voz da classe trabalhadora, o movimento Cartista que despoletou na década de 1830¹¹, aos

¹¹ Hobsbawn (2001) enquadra o Movimento Cartista inglês entre os anos 1838 a 1848.

posteriores eventos de protesto e revolta que foram insurgindo entre trabalhadores de vários sectores profissionais.

Mas, porque despoletaram estes protestos? Ou, que dinâmicas envolveram o despoletar destes protestos? O que de tão marcante e característico teve a Era Industrial para motivar a revolta na população trabalhadora?

De acordo com David Landes, citado por Raphael Samuel (1992), a era industrial é essencialmente pautada por um período de largas transformações, fundamentalmente em três áreas. “Houve uma substituição das aptidões humanas por dispositivos mecânicos, o poder inanimado, particularmente o vapor, tomou o lugar da força humana e animal, e houve um melhoramento substancial na aquisição e no trabalho das matérias primas (SAMUEL, 1992: 26).

Basicamente, a era industrial fica marcada na história como um período de profundas transformações ao nível das dinâmicas de organização laboral: ao nível da produção e das próprias relações de poder envolvidas.

“As consequências mais graves foram de ordem social” (HOBSBAWM, 2001: 47). Trabalho subcontratado, salários baixos, horários desregulados, desvalorização de algumas ocupações, “havia insegurança no emprego” (JOHNSON, 1992: 83). Um cenário de instabilidade laboral que se aprofundava em paralelo com a explosão demográfica, com os processos de urbanização e com a preocupante vulnerabilidade do estado de saúde das populações que experienciavam estas circunstâncias (TILLY, 1992).

“A transição para a nova economia criou miséria e descontentamento, ou seja, os ingredientes para a revolução social” (...) “E, na verdade, a revolução social eclodiu, sob a forma de sublevações espontâneas dos explorados urbanos e da indústria. O descontentamento não se circunscrevia aos trabalhadores pobres. Pequenos negociantes inadaptados, pequenos burgueses, sectores particulares da economia, todos eles foram também vítimas da Revolução Industrial e das suas ramificações.”
(HOBSBAWN, 2001: 47-48).

Estava latente uma consciencialização de classe. “Não foi o facto de pertencerem todos à mesma condição de pobres que manteve o proletariado unido, mas sim a circunstância de trabalharem juntos e em grande número, cooperarem no trabalho e confiarem uns nos outros” (HOBSBAWN, 2001: 215). Precisamente, uma consciência de classe de tal forma fundamental para acção colectiva operária, que foi, na literatura sobre a temática, apontada como o elemento explicativo da própria acção de revolta (EDER, 1993). Nas dinâmicas envolventes ao movimento já não era o “pobre face ao rico”. O Movimento Operário representou a luta entre

duas classes específicas - “a classe trabalhadora enfrentava outra classe – a dos patrões ou capitalistas”. (HOBSBAWM, 2001: 212).

Genericamente, o descontentamento social sentido em plena era industrial, é abordado como consequência dos processos de industrialização que marcaram a época. “Todos eles foram também vítimas da Revolução Industrial e das suas ramificações”, reforça-se a passagem de HOBSBAWM (2001: 48).

Porém, teóricos da temática associam o descontentamento sentido nesta época a outras facetas que não a mecanização *per se*. Tome-se como exemplo a teoria de Tilly e Johnson a este respeito. Para Tilly (1992: 54), “a mecanização da produção facilitou a concentração do capital e a subordinação do trabalho”. Para o autor, é a acumulação de capital que representa a grande mudança do século XIX (TILLY, 1992).

No seguimento, Johnson defende ainda que “a alteração estrutural na organização da produção precede qualquer maior alteração tecnológica e, de facto, pavimentou o caminho para isso mesmo” (JOHNSON, 1992: 97). Não seriam, assim, o descontentamento da população e as consequentes revoltas laborais - consequências directas da mecanização mas sim das referidas alterações estruturais e sistémicas na organização da sociabilidade.

É, portanto, evidente existirem na literatura considerações divergentes quanto aos factores que justificavam o descontentamento e motivaram a revolta. Para alguns é consequência da incorporação da máquina nas estruturas laborais, para outros o foco vai para a alteração das estruturas/lógicas do trabalho – associada não à industrialização *per se*, mas sim ao desenvolvimento do modelo laboral capitalista.

No âmbito da presente dissertação, não é de facto relevante aprofundar este debate. É imprescindível pensar o Movimento Operário e reflectir também o contexto que o envolveu, mas, sobretudo, interessa aquilo no qual a própria bibliografia é concordante – o *status quo* que se estabelecia, por muitos autores definido como miserável, essencialmente para a classe operária, e que impeliram à revolta.

Para os trabalhadores pobres, o movimento representou mais do que um “instrumento de luta: era também um modo de vida”. O movimento envolvia o que os próprios trabalhadores ansiavam buscar: “modo de vida colectivo, comunal, combativo, idealista, e isolado, implicava a existência do próprio movimento” (HOBSBAWM, 2001: 217). Retome-se Feixa *et. al.* (2009) e os pressupostos que associam a mobilização social tradicional – a “metáfora do bando” é largamente eficaz para descrever o modelo organizacional do movimento.

As greves, “as reuniões e manifestações públicas, e sempre que necessário a agitação e insurreição” eram as principais estratégias de protesto tomadas pelos operários (HOBSBAWM, 2001: 214). Os trabalhadores reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas, que simbolicamente eram consideradas as responsáveis pelas suas preocupações.

1.2. A Luta Proletária: Reflexões sobre os Processos Comunicativos

“E assim estava eu, na obscuridade de um cinema de um bairro operário pronto para despertar as consciências das massas, rompendo os muros de isolamento comunicacional a que estávamos confinados, ou assim eu acreditava. Tinha um monte de panfletos na mão. Mal se podiam ler, pois estavam impressos num tipo de copiadora manual primitiva, empapados de tinta roxa, que era o único meio de comunicação que tínhamos, num país sufocado pela censura”
(CASTELLS, 2009: 2)¹².

Tomando como mote a passagem de Castells, na qual o autor, recordando uma experiência pessoal nos remete a uma importante dimensão da análise que se pretende aqui desenvolver acerca do movimento operário - o papel das práticas comunicativas, em especial dos demais meios de comunicação disponíveis para mediar e facilitar essas práticas, no seio do movimento.

No que respeita o Movimento Operário as práticas comunicativas que o integraram apresentam algumas especificidades, em muito reflexo do contexto que envolvia o movimento¹³. Na passagem do autor, pode verificar-se portanto que as limitações que refere ao nível das práticas comunicativas estavam sobretudo relacionadas com o contexto político que era vivido: face ao período de censura os meios disponíveis eram limitados, pelo que as estratégias de comunicação que utilizou eram as possíveis e disponíveis dentro dessas limitações.

No que respeita o Movimento Operário em particular, genericamente, a comunicação apresentava uma forte componente de interacção física - visível nas reuniões, nos *meetings* e assembleias - sendo amplamente complementada por toda uma produção mediática situada na galáxia Guttenberg (FEIXA *et al.*, 2009) – jornais e revistas operárias, panfletos, etc.

Ao nível da interacção física entre os agentes do movimento, o papel da linguagem verbal e corporal assume-se central, bem como um frequente objecto de investigação para historiadores das questões do trabalho. O autor Paul A. Pickering (1986), como exemplo, desenvolveu um estudo no qual analisa “a comunicação sem palavras” do movimento cartista inglês, focando-se na linguagem da interacção corporal entre os líderes do movimento, procura analisar essencialmente o conteúdo dessa linguagem, enfatizando o que de retórica de classe estava presente¹⁴. Eram comuns a palavras de ordem (incumbidas de um forte cunho marxista). “A empresa aos operários” ou “proletários de todo o mundo, uni-vos!”, expressões que exprimiam

¹² Tradução livre.

¹³ Recorde-se Castells (2009: 4): “os processos de comunicação operam de acordo com a estrutura, cultura, organização e tecnologia de comunicação de uma determinada sociedade” (tradução livre).

¹⁴ Informação disponível em <http://past.oxfordjournals.org/content/112/1/144.extract>, consultada a 30 de Junho de 2012.

toda uma utopia operária fundada na aspiração colectiva de pôr fim à exploração e à dominação social (ESTANQUE, 2010: 3).

Segundo McHale (2004), a interacção física entre os agentes do movimento representa um momento no qual existe uma maior oportunidade de feedback entre os presentes, assim como permite associar aos actos comunicativos um leque muito rico de pistas não-verbais. Elementos que conjuntamente contribuem para um forte compromisso emocional entre os intervenientes no protesto¹⁵.

Apesar do carácter fundamental destes processos comunicativos físicos e interpessoais, outras estratégias de comunicação complementares eram utilizadas. Sobretudo estratégias mediadas por meios distintos, que não a palavra directa, e que eram concretizados como facilitadores ao protesto - seja para alcançar novos membros ao movimento, seja para chegar ao maior número de membros do movimento, seja ainda para mais eficazmente fazer chegar as suas reivindicações aos inimigos contra os quais se insurgiam.

Citando Marx, que comprova este pressuposto: “a união [dos trabalhadores] era facilitada por meios de comunicação melhorados”(WATERMAN, 1992: 5). Já que, “a comunicação era o caminho que levava directamente à organização” (WATERMAN, 1992: 5).

Ao nível dos media que materializavam estes processos de comunicação complementares, o suporte de papel era, naturalmente, o principal mediador da comunicação. Os jornais, as brochuras e os panfletos assumem total protagonismo no seio do Movimento Operário. “Do início a meios do século XIX, havia uma relação íntima e até simbiótica entre a revolução e a imprensa escrita” (WATERMAN, 1992). Publicações como o “Neue Zeit” publicado em Stuttgart, na Alemanha, entre 1823 e 1923, ou o “The Clarion”, publicado no Reino Unido entre 1891 e 1894, ou até o “Commonwealth”, jornal inglês fundado em 1885 - eram plataformas de divulgação dos ideais pro-proletariado. Nestas publicações líderes do movimento operário e pensadores do socialismo e marxismo faziam as suas contribuições¹⁶.

¹⁵ Estas características relativas à interacção face-to-face são analisadas por McHale no seu estudo de movimentos sociais contemporâneos. No entanto, as mesmas são válidas para o Movimento Operário enquanto ilustração do fenómeno de Mobilização Social Tradicional. Arrisca-se afirmar que estas se tornam ainda mais evidentes, já que no contexto do Movimento Operário, em comparação com o contexto contemporâneo, a diversidade de instrumentos complementares de mediação era bem mais reduzida, quer em quantidade e diversidade, quer nas próprias potencialidades e possibilidades que a sua utilização envolvia. A oportunidade de feedback é, segundo o autor, uma particularidade fundamental da interacção física entre os agentes do protesto. No seio do actual estado tecnológico estão disponíveis variados instrumentos e plataformas que também eles permitem esta oportunidade – nomeadamente os dispositivos digitais que, pela sua portabilidade, permitem um contacto quase constante, e ainda no que respeita as demais plataformas digitais a que a internet permite aceder - as redes sociais, por exemplo, que através da componente chat ou *instant message*, se aproximam brutalmente daquilo que é uma conversação entre agentes fisicamente próximos.

¹⁶ <http://www.marxists.org/glossary/periodicals/archive/index.htm> , página consultada a 18 de Julho de 2012. Ver Anexo B, ilustrações 2 e 3.

Na bibliografia, é ainda recorrente encontrar referências a outro elemento tecnológico marcante na época – o telégrafo. Em Inglaterra, este dispositivo era, no entanto, essencialmente instrumentalizado pelas forças da autoridade que procuravam suprimir o Movimento Cartista. (WATERMAN, 1992). No que concerne as estratégias em favor dos actores do movimento, face ao contexto tecnológico envolvente ao protesto Operário, o papel era certamente o meio que mais facilmente estava ao dispor.

Em Portugal, a tom de exemplo, naqueles que são os estudados primeiros anos do Movimento Operário (de 1836 ao final da década de 1860), há registo de 88 publicações escritas enquadradas na denominada imprensa operária – ou seja, “teoricamente, toda a que for redigida e/ou editada por trabalhadores na defesa e propaganda dos seus interesses de classe”, e independentemente da matriz ideológica ou partidária (SÁ, 1991: 20). A análise cronológica desenvolvida por Vitor de Sá (1991) dá conta de um crescimento brutal nos anos posteriores, crescimento naturalmente impulsionado pelos acontecimentos sociais e políticos que viriam a desenrolar-se nas décadas posteriores no País.

“Pensadores do movimento Socialista ou de outros movimentos emancipatórios, desde o século XIX, estavam normalmente envolvidos em actividades comunicativas, procurando utilizar os últimos meios disponíveis. Acreditavam, pelos menos inicialmente, que estes seriam os portadores ou até mesmo a fonte e a essência da iluminação em massa, da união, da emancipação e do poder” (WATERMAN, 1992: 5).

Apesar do reduzido espectro de escolhas de instrumentos comunicacionais no seio do Movimento Operário, a actividade comunicativa assume-se um elemento nuclear e essencial para a concretização de componentes fundamentais à mobilização social em torno de uma causa comum. A arte de comunicar contribui para a construção de uma realidade pública, para estabelecer uma identidade colectiva ao movimento, e ainda para atingir múltiplas audiências (McHALE, 2004:10). Os meios de comunicação complementares assumiam essencialmente um carácter instrumental, funcionando como elementos facilitadores fundamentais ao movimento. Na Alemanha, como exemplo, os líderes revolucionários e os organizadores olhavam a imprensa revolucionária não como uma expressão passiva dos ideais ou interesses de massas, mas como um meio para criar tal expressão, “uma forma de criar espírito partidário” (WATERMAN, 1992: 6).

Essencialmente, pode reter-se que as principais práticas comunicacionais no movimento operário resumem-se à interacção física entre actores e a estratégias mediadas pelo suporte de papel. Em ambas, e essencialmente em todo o leque de meios de comunicação em suporte de papel, é de notar um estilo *one-to-many communication*, significando, portanto um nível reduzido de interactividade. Uma prática comunicativa que pode ser associada ao que se denomina a comunicação de massas tradicional, por sua vez largamente caracterizada pela sua

uni-direccionalidade, em que a mensagem é comunicada de *um (emissor)* para *muitos (receptores)* (CASTELLS, 2009).

De notar que este estilo comunicacional se enquadra perfeitamente no próprio modelo de organização do movimento. Como verificámos, ao nível da organização, o Movimento Operário caracteriza-se eficazmente através da metáfora do bando. No seio do movimento é de notar uma coesão interna extremamente forte e que anulava qualquer sentido de individualidade. Desta coesão em massa destacam-se alguns agentes individuais – os líderes da luta operária – entendam-se aqueles que davam voz ao movimento nos eventos, nas assembleias, e em outros eventos de protesto, e ainda aqueles que em nome de uma classe (a operária) transpunham as suas frustrações sociais de classe e procuravam despertar esse mesmo sentimento de injustiça nos demais trabalhadores. Denota-se, portanto, uma organização vertical, ou melhor, dividida entre o líder e a massa operária restante - seguidora do líder, e principalmente do movimento - na qual o estilo de comunicação praticado é essencialmente unidireccional – de um (Líder) para muitos (massa operária).

2. Os Indignados Globais - Movimento 15 de Outubro e Occupy

“A 13 de Julho, a revista *Adbusters* enviou um *call* à sua lista de 90,000 proclamando um *Twitter hashtag* (#OccupyWallStreet) e uma data – 17 de Setembro” (SCHNEIDER, 2011). Ao que parece, a mensagem difundiu-se de forma brutal, anexada a um insinuante poster¹⁷ produzido pela revista que mostrava uma esbelta bailarina no topo de um boi enfurecido – representado a estátua do *Charging Bull* em plena Wall Street.

Inspirado pelos protestos da Primavera Árabe e pelos indignados europeus, o protesto ocupou Wall Street a 17 de Setembro de 2011. Os activistas manifestaram-se principalmente contra a desigualdade económica, apoiando-se no slogan do “We are the 99 percent”¹⁸ (VOIGT, 2011). Embora a *Adbusters* tenha iniciado a mensagem, cidadãos, outros movimentos e plataformas – todos contribuíram conjuntamente para a difusão da mensagem, sejam os *Us Day of Rage* ou até os *Anonymous* que, em Agosto, anunciaram o seu apoio ao *Occupy* (SCHNEIDER, 2011a). Na verdade, torna-se difícil precisar quem efectivamente organizou o protesto.

Por outro lado, é bastante claro que o *Occupy Wall Street* assumiu um efeito contagiante. Em alguns dias, nos E.U.A, cerca de “70 grandes cidades e mais de 600 comunidades” foram também palco dos protestos contra a “desigualdade económica e contra a ganância corporativa” (WALTERS, 2011). Este contágio ultrapassou as fronteiras americanas, e nas semanas

¹⁷Ver Anexo B, Ilustração 6.

¹⁸Com a expressão “We are the 99%” os activistas procuram retratar a desigualdade económica actual, insurgindo-se contra a elite financeira, que metaforicamente representa 1% da população mundial.

seguintes, em diversos locais um pouco por todo o globo eclodiam protestos – o “Occupy Wall Street” abreviou-se para Occupy, juntaram-se o “Occupy Berlin”, o “Occupy Buffer Zone”, no Chiprus, o “Occupy Dataran”, na Malásia e muitos outros¹⁹.

Menos de um mês após o início da ocupação a Wall Street, uma nova mensagem circulava pelas redes digitais - “People of the world, rise up on October 15th!”²⁰. Dia 15 de Outubro de 2011 fica marcado na actualidade pelo despoletar de um outro protesto colectivo de indignação global. O Movimento 15 de Outubro, como se fez chamar, ocorreu simultaneamente em várias cidades do mundo, igualmente em países localizados um pouco por todo o globo, unindo as vozes de indignação tanto de cidadãos individuais como de diversos movimentos da sociedade civil. Em comunicado, a plataforma portuguesa do Movimento 15 de Outubro refere, no dia anterior ao evento, um registo de 951 convocatórias de mobilização em 82 países²¹. O Movimento 15 de Outubro procurou unir esforços globais para alcançar a mudança social - “pedir uma autêntica democracia” - insurgindo-se “pacificamente” contra os “poderes estabelecidos”²².

Em conjunto, o Occupy e o 15 de Outubro são as vozes de uma indignação “real e profunda” contra a ganância, a desigualdade económica e a falta de representação política (NEGRI e HARDT, 2011). São, no entanto, apenas dois exemplos da onda de protesto que despoletou neste período - teve lugar uma “sucessão de manifestações” (NEGRI e HARDT, 2011). Recordem-se a Manifestação da Geração à Rasca, a 12 de Março, em Portugal, ou os acampamentos na vizinha Espanha, que começaram a 15 de Maio, ou até a ocupação da Syntagma Square, em Atenas, todos durante o ano de 2011. Vários e sucessivos protestos de indignação que eclodiram em locais diversos e com formatos diversos – assembleias, marchas, ocupações. Quanto à diversidade geográfica, os autores Negri e Hardt (2011) constataam que, sendo “o contexto destes vários protestos bastante diferentes”, cada um destes movimentos procurou traduzir alguns “elementos comuns naquela que é a sua própria situação” (NEGRI e HARDT, 2011). Em boa verdade, nesta onda de manifestação global os diversos eventos de contestação colectiva reflectem também o contexto local onde se inserem. No entanto, simultaneamente todos assumem uma consciência global, e a este respeito o Movimento 15 de Outubro e o Occupy são exemplos por excelência.

¹⁹Wikipedia, “Occupy Movement”, disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Occupy_movement, consultada a 3 de Agosto de 2012.

²⁰www.15October.net, consultada a 3 de Agosto de 2012.

²¹Comunicado de Imprensa N° 6, de dia 14 de Outubro de 2011, disponível em <http://www.15deoutubro.net/pagina-inicial/1-docs/578-ci-14out-2.html>, consultada a 28 de Julho de 2012).

²² *In* “Manifesto 15 de Outubro – Internacional”, ver Anexo A.

2.1. Práticas Comunicativas – “More Prepared, More Informed, More Indignant”²³

“Foi exactamente o que fizemos quando pusemos aquela hashtag e pusemos alguns posters, repentinamente um pequeno movimento cresceu através das Redes Sociais e agora está explodindo em todo o mundo. Temos a oportunidade de fazer mais do que na Primavera Árabe. Podemos ter uma Primavera Global.” (PIVEN, 2011).
Kalle Lasn, Editor-Chefe e Co-fundador da Revista Adbusters²⁴

Apesar das diferenças que se podem verificar entre os dois protestos, são de destacar as semelhanças – nomeadamente as semelhanças ao nível do complexo de estratégias comunicacionais utilizado no seio das dinâmicas de mobilização.

Considerando a análise das práticas comunicativas desenvolvida em torno do Movimento Operário, no que respeita os canais de comunicação instrumentalizados para complementar toda a acção do protesto, verificámos a preponderância de materiais em suporte de papel: panfletos, brochuras ou até jornais. Estes canais foram igualmente utilizados tanto no Occupy como no 15 de Outubro. Em vésperas do 15 de Outubro estavam espalhados pelas cidades *flyers* informativos para a mobilização. Na cidade de Lisboa, como exemplo, um pouco por toda a cidade estavam dispostos cartazes²⁵ que informavam o local e a hora para que estava agendado o protesto global, assim como breves frases de ordem que procuravam justificar a motivação para o protesto.

Porém, esta estratégia assume um papel secundário quando observado todo o espectro comunicacional presente nas dinâmicas de ambos os protestos. A internet e as demais NTCI são um elemento central na determinação do sistema comunicacional que os envolveu e, como tal, foi marcante a dinâmica virtual em torno dos eventos - antes, durante e após as manifestações reais. Do email, lançado pela Adbusters a propor um *occupy* a Wall Street, aos próprios cartazes e panfletos que estavam disponíveis em formato digital nos sites dos protestos. Juntam-se as partilhas nas redes sociais, passando pelos diversos sítios online, nos quais as demais potencialidades técnicas do digital trouxeram várias possibilidades – como o acompanhamento em tempo real dos protestos em todo o mundo, através do vídeo, e ainda várias plataformas de chat online, como espaço de discussão para todos cidadãos que, quer fisicamente quer apenas virtualmente, estavam envolvidos nos protestos²⁶.

²³Frase em *flyer* produzido para o Movimento 15 de Outubro, ver Anexo B, ilustração 5.

²⁴Entrevista a KALLE LASN por Ben PIVEN (2011).

²⁵ Ver Anexo B, ilustração 4, para exemplo do cartaz.

²⁶ O site www.livestream.com é um excelente exemplo destas práticas, já que disponibiliza imagens e vídeo em tempo real e ainda uma plataforma de conversação instantânea.

O autor Jacon Rosenkrands (2004) desenvolve um estudo no qual analisa de que forma as características associadas à *web* contribuem para potenciar os sites online de protestos colectivos anti-corporativistas. O autor toma em consideração a interactividade, a possibilidade de “*get involved*” e as demais potencialidades técnicas (som e vídeo, *chatting*/debates em tempo real, conferências, bases de dados, etc.) como as principais características inerentes à Web. Da sua análise, Rosenkrands (2004) conclui que na maioria dos casos, os sites que estudou não fazem uso real de todas as potencialidades que têm á disposição. A internet é meramente utilizada como um instrumento que permite aos activistas reduzir os custos de acção, pelo que é, por vezes, negligenciado o leque de possibilidades tecnológicas. Os sites assumem-se como meros panfletos, à semelhança dos panfletos que faziam parte das estratégias de comunicação utilizadas no Movimento Operário, com a principal diferença de serem em suporte digital (ROSENKRANDS, 2004).

No entanto, este desaproveitamento das potencialidades da comunicação mediada por computador que Rosenkrands conclui do seu estudo, parece, a priori, estar a desvanecer-se. O site do Occupy e do 15 de Outubro assumem-se excelentes ilustrações desta aparente evolução na utilização eficiente da tecnologia pelos activistas. Estes sites são verdadeiras plataformas digitais de acção, especialmente a página do Occupy (www.occupy.com e www.occupytogether.org) e da expressão global do 15 de Outubro (www.15october.net).

As mais valias técnicas são amplamente exploradas e reforçadas através de uma arborescência de ligações para as quais o navegador pode ser direccionado. No site do Occupy, como exemplo, seguindo um maior ou menor número de ligações, estão disponíveis ao utilizador, além da informação do próprio movimento, vídeos, formas de agregação ao movimento, guias para desenvolver o protesto noutros locais, plataformas em tempo real, com imagens em directo dos protestos e ainda diversas plataformas de *chatting* – um conjunto de potencialidades, esteticamente maquilhadas pelo grafismo extremamente funcional destes ambientes online. Adicionalmente, as páginas dos protestos disponibilizam ligações directas à suas páginas nas redes sociais - Facebook, Twitter – que por sua vez são sinónimo de elevada interactividade entre utilizadores.

À semelhança do Movimento Operário, as estratégias de comunicação no 15 de Outubro ou no Occupy são igualmente instrumentos facilitadores no seio das dinâmicas de mobilização. Permitem, em última análise, “a construção de uma realidade pública”, estabelecer e manter um sentido de identidade colectiva e ainda permitem atingir múltiplas audiências (McHALE, 2004:10). No entanto, é de reforçar uma marcante diferença ao nível do estilo comunicacional que caracteriza cada complexo de estratégias comunicacionais. Esta distintividade é prova de que cada sistema comunicacional opera de acordo com a estrutura social em que se enquadra (CASTELLS, 2009). O 15 de Outubro e o Occupy desenvolvem-se no seio de uma estrutura social específica – a sociedade em rede.

Assim, verifica-se que passámos da comunicação “unilateral e centralizada”, à era do *self-media*, ou melhor, do *self-mass media*, como lhe chama Castells (2009). Actualmente a comunicação é baseada em “trocas interpessoais e comunitárias, descentralizadas e baseadas na utilização da rede” (LIPOVETSKY e SERROY, 2010: 96). Os meios de comunicação emissores deram lugar aos meios de comunicação conversacionais, “que permitem aos indivíduos de todo o mundo partilhar, discutir e divertir-se sem nunca se encontrarem frente a frente” (LIPOVETSKY e SERROY, 2010: 96). Na esfera da participação política informal, esta alteração ao nível do estilo comunicacional reflecte-se inclusivamente na própria estrutura organizacional dos eventos de protesto colectivo.

A este respeito, recorde-se a estrutura organizacional do Movimento Operário. Como analisado, o estilo comunicacional dominante na época industrial, tipicamente um estilo comunicacional de massas, parece reflectir-se na própria estrutura organizativa que caracterizava o protesto. “Como pesquisas anteriores o mostram, a comunicação mediada por computador também afecta a estrutura organizacional dos movimentos sociais, já que dilui a importância da hierarquia” (COOMBC, 1998; Earl & Schussman, 2003, citados por LOMICKY e HOGG, 2010: 690).

Genericamente, nas comunidades virtuais, onde as relações sociais são “descentralizadas, heterogéneas, abertas, informais”, “as ligações online tendem a ser organizadas através de canais não hierárquicos, que podem estar geográfica e/ou socialmente diversas, mas que partilham interesses comuns, preocupações, objectivos, táticas e estratégias” (HAMPTON, 2003, citado por CARTY, 2010: 150 e 160). O Occupy e o Movimento global 15 de Outubro são ilustrativos deste pressuposto teórico. A organização do movimento é horizontal, descentraliza e em rede. Não se destacam líderes, nem organizadores do movimento, nem ainda um local geográfico sede do movimento - *nobody is in charge*. Referindo Victoria Carty (2010), esta dinâmica organizacional do ciberactivismo, é definida por Wellman (2000) como “um individualismo em rede”. Vivemos no mundo do “*homo individualis*” (LIPOVETSKY e SERROY, 2010) - que escolhe estar “online ou off-line dependendo das suas necessidades e da sua disposição” para o fazer (CASTELLS, 2001). É a escolha entre querer *ou não* estar em contacto com esta ou aquela rede de contactos, e portanto, mobilizar-se *ou não* em nome de determinadas causas.

Genericamente, como verificamos, o elemento comunicação é fulcral no seio das dinâmicas de mobilização social. No caso da comunicação mediada pelo digital, em particular, as estratégias comunicativas que podem ser desenvolvidas pelos activistas, além das oportunidades genéricas inerentes às dinâmicas comunicacionais, têm igualmente efeitos directos ao nível do repertório de acção dos movimentos. A comunicação mediada pela *web*, é não só um facilitador das formas de acção colectiva tradicionais, como contribui para o desenvolvimento de toda uma nova tipologia de acção baseada na comunicação digital.

De acordo com Laer e Aelst (2010: 1147), na literatura dominante é recorrente encontrar a consideração de que, face ao seu carácter instrumental, “a internet facilita e apoia a acção colectiva off-line, em termos de organização, mobilização e transnacionalização e, por outro lado, cria novas formas de acção colectiva”. A este respeito, podem considerar-se “novas formas de protesto online e novos modos online das existentes acções de protesto off-line” (LAER e AELST, 2010: 1147).

A internet permitiu toda uma nova tipologia digital ao nível do repertório de acção dos novos protestos políticos. Novas estratégias de acção colectiva, que resultam das potencialidades disponíveis graças à comunicação digital em rede. Laer e Aelst (2010), agrupam estas novas formas de acção colectiva de acordo com duas dimensões de análise: acções apoiadas pela *web* ou baseadas nela, e ainda acções que assumem um maior ou menor *threshold* (limiar) de participação.

No âmbito da presente dissertação, faz sentido considerar as estratégias de acção que estão totalmente baseadas na internet, já que sendo um estudo sobre práticas comunicativas dos movimentos, torna-se imperativo reflectir as acções de protesto que são totalmente baseadas numa plataforma comunicacional amplamente utilizada nos protestos – no caso, a internet.

No Occupy e no 15 de Outubro, como ilustração de acções totalmente desenvolvida na web, encontramos: os Websites de Protesto que, como referido, são as plataformas de divulgação dos movimentos, por excelência. Permitem disseminar a informação que os activistas pretendem comunicar sem os constrangimentos editoriais dos *mass media* tradicionais – um meio de evitar mal-entendidos recorrentes e maioritariamente “produzidos pelos *gatekeepers* convencionais” (GARRET, 2006, citado por LOMICKY e HOGG, 2010: 678). O site do Occupy disponibiliza um rico arquivo de notícias acerca das acções do protesto. Similarmente, o Movimento 15 de Outubro, divulga frequentemente comunicados de imprensa que permitem clarificar e objectivar a posição do Movimento.

Conjuntamente encontram-se os sites de Media Alternativos. Um pouco como no caso dos sites dos movimentos, os Media Alternativos permitem toda uma dinâmica de partilha de informação alternativa à cobertura convencional por parte dos *mass media*. A este nível, a Adbusters, revista que deu o mote para a ocupação a Wall Street, é um pleno exemplo, assim como a já conhecida plataforma noticiosa Indymedia. Nesta última, devido à sua política de publicação livre, qualquer um pode assumir o papel de jornalista desde que motivado pela cobertura real e parcial/verdadeira dos acontecimentos. Assume-se portanto uma força oposta às notícias divulgadas através dos meios de comunicação de massas, meios que, na cobertura dos protestos Occupy, exploravam um ângulo noticioso claramente negativo.

Finalmente, verifica-se ainda a prática do *Culture Jamming*. Esta prática pode ser genericamente entendida como a “alteração de significado da publicidade corporativa, através de técnicas artísticas que alteram visualmente os logotipos corporativos, dando aos slogans do

marketing um novo significado” (STOLLE, et. al., citado por LAER e AELST, 2010: 1158). “Humor, sátira e ironia são muito importantes e características muito poderosas nas táticas dos *culture jammers*” (LAER e AELST, 2010: 1155). Mesmo antes do despoletar do Occupy, a Adbusters é igualmente uma conhecida *culture-jammer* (LAER e AELST, 2010: 1155). O insinuante cartaz que anexaram ao *email* enviado a 13 de Julho, é um exemplo desta prática. O uso da internet como plataforma de divulgação das demais criações artísticas dos *culture jammers*, permite “uma audiência maior e mais internacional” (LAER e AELST, 2010: 1155). Tratam-se de campanhas de *logos* e *sticks*, que “ajudam os activistas a colocarem mensagens políticas nos *Mass Media*, alcançando uma audiência cuja a atenção é por vezes limitada em termos de assuntos políticos” (BENNET, 2003: 15).

2.2. Internet e Dinâmicas de Mobilização Políticas – Só novas Oportunidades? Análise dos obstáculos para os Activistas.

“Os movimentos sociais não podem existir sem interações sustentadas, tanto interna como externamente. O que aponta para a centralidade da comunicação” (DE DONK *et al.*, 2004: 4). Como verificámos, as práticas comunicativas foram fundamentais no seio do Movimento Operário, e igualmente determinantes nos recentes Occupy e 15 de Outubro, apesar de cada um nos remeter para contextos históricos consensualmente distintos. Tendo em conta, “tanto a estrutura em rede dos movimentos sociais, como os seus recursos financeiros limitados” somos direccionados “para a atractividade do uso das NTIC” (DE DONK *et al.*, 2004: 4). Esta atractividade prende-se com as diversas oportunidades proporcionadas pela instrumentalização da internet aos activistas envolvidos nas dinâmicas de contestação social.

Como analisado no ponto anterior, as oportunidades são várias, e assumem-se verdadeiramente aliciantes, de tal forma que numa análise *a priori* é fácil cair em considerações utópicas. No entanto, estas inovadoras oportunidades comunicacionais são acompanhadas de um conjunto de limites e obstáculos, sobre os quais se torna fundamental tecer algumas considerações.

A incorporação de práticas comunicativas sustentadas no digital implica um complexo de limitações perigosas para as dinâmicas de mobilização social e política. Uma dessas limitações prende-se com a chamada exclusão digital. Numa altura em que a Internet assume protagonismo, assiste-se, simultaneamente, a uma marcante desigualdade ao nível do acesso à internet. Por um lado, uma desigualdade geográfica, entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Por outro uma desigualdade de oportunidades que se verifica até no seio dos primeiros países - “alguns cidadãos permanecem à margem da evolução digital” (LAER e AELST, 2010: 1160). Por fim, uma última dimensão desta exclusão digital manifesta-se

inclusivamente entre os já utilizadores da *web*. De um lado, aqueles que utilizam a internet para fins cívicos e políticos e, de outro, aqueles que não. “A internet servirá aqueles activistas e grupos que já são activos, reforçando as práticas já existentes de participação política na sociedade” (LAER e AELST, 2010: 1161).

Esta dinâmica tridimensional de exclusão digital pode conduzir os movimentos sociais a uma falha nuclear, já que podem condicionar o alcance dos “grupos socialmente mais fracos da sociedade”. Esta constatação é tanto mais efectiva quanto mais as práticas comunicativas forem sustentadas exclusivamente na comunicação digital (LAER e AELST, 2010: 1161). Em última análise, Tilly (2004), citado por Laer e Aelst (2010: 1161), alerta ainda para o facto desta tendência conduzir ao enfraquecimento do “potencial democrático” dos movimentos de contestação política. Uma forma de apaziguar esta vulnerabilidade prende-se com a procura de um complexo de práticas tão diversificado quanto possível. Nas sociedades em que esta exclusão digital é considerável torna-se imperativo procurar complementar as estratégias de comunicação digitais com canais tradicionais (os típicos cartazes, a cobertura televisiva, por exemplo).

Quando consideradas as potencialidades da internet, há uma característica que parece sobressair – esta relaciona-se com a facilidade de participação que a *web* proporciona. No entanto, por vezes, esta facilidade pode assumir efeitos perversos - “Internet makes it too easy” (LAER e AELST, 2010: 1162). Algumas tácticas dos protestos na internet não exigem qualquer esforço de participação por parte dos cidadãos, basta um clique, para “gostar”, ou para participar.

Geralmente, na mobilização em prol de uma causa, em que o fim último passa por pressionar forças governamentais ou até empresariais, o elevado apoio por parte dos cidadãos é um factor determinante, já que lhe concede força. Porém, por vezes, o apoio online pode não surtir o pretendido efeito de pressão, já que considerada a facilidade brutal de adesão, o volume do apoio a determinadas causas perde a sua capacidade de impressionar as forças contrárias ao movimento, não lhe concedendo a força necessária (LAER e AELST, 2010).

Esta facilidade demasiada reflecte-se ainda na natureza dos relacionamentos que são criados através das igualmente fáceis ligações baseadas na comunicação digital. Para Kavanaugh *et al.* (2005), citado por Laer e Aelst (2010: 1163), a internet é “um 'weak-tie instrument' por excelência”. A *web* parece nem sempre ser eficaz na criação de confiança e na construção de laços fortes entre os indivíduos que se relacionam através dela. Elementos que, em última análise, são imprescindíveis na construção de uma rede sustentável de activistas e ainda necessários para envolver os indivíduos integrados em acções de protesto num maior compromisso (BENNET, 2003).

Paralelamente, esta facilidade inerente à utilização da Internet, manifesta-se numa outra dimensão - alguns críticos notaram que “um grande e rápido crescimento na participação é

frequentemente acompanhado de um rápido declínio” (LAER e AELST, 2010: 1163). No pós dos protestos do Occupy, e no pós 15 de Outubro, os activistas envolvidos no movimento procuraram manter a campanha online permanente, apoiando causas que se seguiram. No entanto, neste período, uma observação *a priori* denota um declínio na envolvimento por parte dos activistas online - nas páginas do Facebook dos protestos é visível um declínio da actividade entre os utilizadores (nota-se uma redução do número de “gostos”, de partilhas e de comentários). Está, portanto, em causa uma facilidade em participar no movimento, acompanhada de uma igual facilidade em deixar o movimento. Nesta base, segundo Bennet (2003), torna-se difícil alcançar quadros coerentes de acção colectiva.

Similarmente, a facilidade que a Internet proporciona, conjugada à rapidez brutal a que também permite aceder, reflecte-se ainda numa outra dimensão que pode constituir igualmente uma perigosa vulnerabilidade à actuação dos movimentos sociais – o excesso de informação. O efeito da *web* ao nível da troca da informação assume-se uma característica genericamente positiva. Porém, a referida facilidade associada à rapidez de circulação nas redes digitais, pode contribuir para que os movimentos sociais se tornem facilmente “vítimas daquilo que é o seu sucesso aparente” (WRIGHT, 2004: 93). “Uma vez que o volume de informação acelera implacavelmente”, a informação pode tornar-se 'ruído', que por sua vez ofusca o 'sinal” (WRIGHT, 2004: 84).

Para Tim Jordan (1999), no mundo da era digital, a sobrecarga informativa pode ser identificada a dois níveis: ao nível do *volume* da informação e ainda a nível da “organização caótica” da informação – tornando-se, conseqüentemente inútil (WRIGHT, 2004: 85). Anne Scott (2001), igualmente citada por Whright (2004: 85), defende ainda que a aquisição informação para além do que é necessário, “pode ser confuso e até paralisante – podendo efectivamente bloquear a tomada efectiva de acção”. O excesso de informação é igualmente uma forte vulnerabilidade para a actividade dos movimentos sociais, já que o seu sucesso depende em muito da informação que consegue comunicar efectivamente. São necessários esforços para evitar que o excesso de informação impeça a comunicação efectiva.

Procurar que esta ténue fronteira não seja ultrapassada implica entender e enfatizar aquilo que é a “informação útil”, ou seja “aquilo que facilita o processo de construção de pontes e de atravessar fronteiras”²⁷ (WRHIGHT, 2004: 85). Neste domínio, apesar dos websites do Occupy e do 15 de Outubro serem excelentes plataformas de informação sobre o movimento, é igualmente verdade que a arborescência de ligações que podem ser seguidas facilmente geram confusão sobre os protestos. Sem líderes definidos, e instrumentalizando plataformas mediáticas de publicação livre, muitos escrevem sobre o mesmo opiniões distintas. Conseqüentemente, são, por vezes, geradas “contradições intelectuais” (BENNET, 2003: 19).

²⁷ Expressão utilizada por Colin, um activista referenciado por Wright (2004).

Entender claramente o que são estes protestos ou procurar delimitá-los é na verdade um árdua tarefa. Repare-se, por exemplo, que basta uma pesquisa por Occupy através de um motor de busca, que os resultados disponibilizados são muitos. Esta tendência é igualmente perceptível no seio específico das redes sociais online, tomando o Facebook como exemplo, verifica-se a existência de várias páginas que se assumem como *a página* do Occupy Wall Street.

O perigo da exclusão digital, a facilidade demasiada a que a Internet possibilita e ainda o risco de excesso de informação são algumas das vulnerabilidades que resultam da incorporação da *web* e dos demais dispositivos digitais, no seio das dinâmicas comunicativas dos protestos de acção colectiva. Apesar das oportunidades que igualmente resultam desta relação, estas fraquezas são cruciais já que podem surtir efeitos perversos para os movimentos, funcionando inclusivamente como factores que podem contribuir para o fracasso do movimento.

Considerações Finais

Ao longo da dissertação foi explorada a importância das práticas comunicativas na esfera da acção social colectiva. A comunicação e os demais canais de mediação entre os indivíduos são um elemento essencial nas dinâmicas de mobilização social e política – antes, durante e após os protestos reais.

Este argumento procurou sobretudo apaziguar o debate que se desenvolve em torno dos protestos de indignação que recentemente percorreram o globo, debate que, de um lado, parece protagonizar o papel da Internet e das demais tecnologias no seio destes protestos, e que, de outro, parece por vezes negligenciar alguns elementos centrais que acompanham a integração da comunicação mediada pelo digital na esfera da mobilização colectiva contemporânea.

Recorrendo a um paralelismo entre o Movimento Operário e os recentes protestos de indignação, constatou-se que as práticas comunicativas assumem-se elementos essenciais em ambos. A centralidade da comunicação não é uma novidade da actual era digital. Seja no contexto da era industrial, seja no contexto contemporâneo - dentro do qual o Occupy e o 15 de Outubro serviram de exemplos ilustrativos - os processos comunicacionais envolventes são, sobretudo, instrumentos facilitadores ao serviço dos actores envolvidos nos protestos.

Ora, a Internet e as demais tecnologias são instrumentos comunicacionais cuja centralidade para acção colectiva não é uma novidade exclusiva da actual era da comunicação digital, como a análise do complexo comunicacional do Movimento Operário permitiu demonstrar. Os jornais, revistas e panfletos eram fundamentais para alastrar pelas massas operárias o sentimento de frustração de classe que estava então latente.

Recordando Castells: entre contextos sociais estruturalmente distintos, os sistemas de comunicação são igualmente distintos, já que operam de acordo com os primeiros. Assumindo o pressuposto, foi, no entanto, possível identificar alterações estruturais no estilo de comunicação referente a cada contexto histórico em análise. Assiste-se à passagem da *mass communication* à *self-mass communication*, uma alteração que se manifesta largamente em vários domínios da sociabilidade, em particular na esfera da mobilização política colectiva. Assim, constatado o carácter instrumental e essencial da comunicação, independente do sistema de acção histórica envolvente, procurou-se igualmente considerar o impacto específico da comunicação digital.

Através dos exemplos que o Occupy e o 15 de Outubro nos fizeram chegar, foi possível reflectir o elemento digital que integra as práticas comunicativas contemporâneas. Procurou-se uma análise pragmática, evitando tanto reflexões ingenuamente optimistas como cegamente pessimistas, pelo que se optou por explorar tanto as oportunidades que resultam da comunicação baseada nas redes digitais como as perigosas vulnerabilidades que as acompanham.

No Occupy e no 15 de Outubro, os media digitais foram centrais na dinamização da actividade dos protestos, assumiram-se como instrumentos facilitadores para a rápida transnacionalização dos movimentos, possibilitando rapidez, facilidade, custo reduzido e contribuindo ainda para a criação de toda uma nova tipologia digital ao nível do repertório de acção. Ao mesmo tempo que permitem ultrapassar constrangimentos de tempo, espaço e até condicionamentos editoriais produzidos pela cobertura mediática convencional.

Estas oportunidades para os activistas que, de uma forma geral parecem alimentar os que sonham com uma sociedade democrática motivada pelo online, são perigosamente acompanhadas de vulnerabilidades - do perigo da exclusão digital, à facilidade demasiada, e ainda ao risco do excesso de informação, um conjunto de fraquezas que podem efectivamente contribuir para o insucesso dos movimentos.

Conclui-se, portanto, através do paralelismo desenvolvido, que as práticas comunicativas são e sempre foram essenciais na mobilização social, apesar das diferentes estratégias utilizadas para materializar a comunicação - no passado e no presente. O uso da Web acrescenta um conjunto de inovadoras e atractivas potencialidades às práticas comunicativas no seio da mobilização social, no entanto, face aos limites identificados torna-se imperativo não considerar cegamente o papel da internet. É um instrumento de comunicação, que apresenta novos alcances, mas não perde o seu carácter instrumental que deve ser operacionalizado de forma eficaz. A consciência dos possíveis obstáculos possibilita uma operacionalização eficaz das práticas comunicativas mediadas pela internet potenciando as oportunidades identificadas.

Em bom rigor, apesar das questões teóricas desenvolvidas, ficam em aberto outras questões de análise que incorporadas no estudo podem contribuir largamente para (des)equilibrar a balança de análise. Considere-se a este respeito o papel dos media tradicionais no seio das dinâmicas de protesto analisadas. Na presente dissertação, face aos limites que condicionaram a investigação, esta é uma questão que não recebeu o devido tratamento. O tratamento mediático que o Occupy, o 15 de Outubro, e ainda diversos outros eventos de protesto receberam foi marcante, a um nível global.

Torna-se imperativo procurar entender qual o papel real que os meios de comunicação tradicionais assumem no seio da relação entre os novos media digitais e as novas formas de participação política, especialmente, quando na literatura a possibilidade de ultrapassar constrangimento editoriais é defendida como uma oportunidade nuclear no seio desta relação.

Serão as estratégias comunicativas dos novos protestos globais suficientes para lhes conceder protagonismo na opinião pública? Qual o papel dos media tradicionais neste processo? E a que outros níveis da acção colectiva se pode considerar a influência dos media? Apesar da dissertação levantar naturalmente outras questões, o papel efectivo dos media tradicionais é claramente o principal elemento que fica por incluir na problemática desenvolvida, tornando-se um elemento imprescindível para o desenvolvimento de futuras investigações.

Bibliografia

- AELST, Peter van e Stefan Walgrave (2004), “New Media, New Movements? The Role of Internet in Shaping Anti-Globalization Movement”, in De Donk *et al* (ed.), *CYBERPROTEST: New Media, Citizens and Social Movements*, Routledge, Bristol.
- BENKLER, Yochai (2011), “Networks of Powers, Degrees of Freedom”, *International Journal Communication*, 5.
- BENNET, W. Lance (2003). “Communicating Global Activism – Strengths and Vulnerabilities of Networked Politics”, *Information, Communication and Society*, vol.6, 2.
- BERLANSTEIN, Lenard R. (ed.) 1992, *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*, Routledge, Londres.
- CARPINI, Michael X. Delli, (2000), “Gen.com: Youth, Civic Engagement and New Information Environment”, *Political Communication*, 17:341 – 349, Taylor & Francis 1058-4609.
- CARTY, Victoria (2010), “New Information Communication Technologies and Grassroots Mobilization”, *Information, Communication & Society*, 13:2, 155-173.
- CASTELLS, Manuel (2001), “The Internet Galaxy – Reflections on the Internet, Business, and Society”, Oxford University Press.
- CASTELLS, Manuel (2004). “Informationalism, Networks, and the Network Society: A Theoretical Blueprint”, em CASTELLS, Manuel (ed.), *The Network Society: A Cross-Cultural Perspective*, Edward Elgar, Northampton.
- CASTELLS, Manuel (2005), *The Network Society: From Knowledge to Policy*, Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations.
- CASTELLS, Manuel (2007), “O Poder da Identidade”, Volume II, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gubenkian, Lisboa.
- CASTELLS, Manuel (2009), *Communication Power*, Oxford University Press Inc., Nova Iorque.
- COHEN, Robin e Shirin M. Rai (2000) (ed.), *Global Social Movements*, The Anthole Press, Londres.
- DANIEL, Orlando (1975). “A 1ª Internacional, na História do Movimento Operário Europeu”, em *Análise Social*, Volume XI (4.º), n.º 44 (Online). Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223913233Q1vMV4bm8Dx81FA4.pdf>.
- DAHLGREN, Peter (2004). “Foreword”, in De Donk, Wim *et al* (editores), *CYBERPROTEST: New Media, Citizens and Social Movements*, Routledge, Bristol.
- DE DONK, Wim, Brian D. Loader, Paul G. Nixon, e Dieter Rucht (ed.) (2004), *CYBERPROTEST: New Media, Citizens and Social Movements*, Routledge, Bristol.
- DELLA PORTA, Donatella (2002), “Comparative Politics and Social Movements”, em KLANDERMANS, Bert e Suzanne Staggenborg (ed.), *Methods of Social Movement Research*, Volume 16, *Social Movements, Protest, and Contention*, University of Minnesota Press, Londres.
- DÍAZ, Jiménez José (2011), Book Review de *La Sociedad imaginada. Movimientos Sociales y cambio cultural en España* do autor Benjamín Tejerina Montaña, 2010, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Outubro/Dezembro.
- EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, SAGE Publications, London.
- ESTANQUE, Elísio, (2010), “Sindicalismo e movimentos sociais: Ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português”, *Revista Lutas Sociais*, 23 - *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais da PUC*, São Paulo, (Online). Disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/477_EE_Lutas%20Sociais_Sind%26MSs.pdf
- FEIXA, Carles, Inês Pereira e Jeffrey S. Juris (2009), “Global Citizenship and the 'New, New' Social Movements: Iberian Connections”, *YOUNG – Nordic Journal of Youth Research*, SAGE Publications, Vol 7(4):4, Londres.
- HAUBERT, Maxime, (2011), “Las Movilizations Sociales: aportes recientes de la sociologia francesa”, *Revista Mexicana de Sociologia*, Instituto de Investigaciones Sociales, Volume 4.
- HOBBSAWM, Eric (2001), *A Era das Revoluções*, Editorial Presença, 5ª Edição, Lisboa.
- HOFHEINZ, Albrecht (2011). “Nextopia? Beyond Revolution 2.0”, *International Journal of Communication: The Arab Spring, The Role of ICTs*, 5.
- JOHNSON, Christopher H. (1992), “Patterns of Proletarianization”, em BERLANSTEIN, Lenard R. (ed.), *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*, Routledge, Londres.
- LAER, Van Jeroen e Van Peter Aelst (2010), “Internet and Social Movement Action Reportoires”, *Information, Communication & Society*, 13:8, 1146-1171.
- LIPOVETSKY, Gilles e Jean Serroy (2010), *A Cultura-Mundo: Resposta a uma Sociedade Desorientada*, Edições 70, Lisboa.

- LOMIICKY, Carol S. e Nanette M. Hogg (2010), “Computer-Mediated Communication and Protest”, *Information, Communication & Society*, 13:5, 674-695.
- McHALE, Jonh P. (2004), *Communicating for Change: Strategies of Social and Political Advocates*, Rowman & Littlefiel Publishers, Inc., Oxford.
- MOREIRA, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- NEGRI, Antonie e Michael Hardt (2011), “The Fight For Real Democracy at the heart of Wall Street – The Encampment in Lower Manhattan Speaks to a Failure of Representation”, Snapshot of Foreign Affairs, a 11 de Outubro, in <http://www.foreignaffairs.com/articles/136399/michael-hardt-and-antonio-negri/the-fight-for-real-democracy-at-the-heart-of-occupy-wall-street>.
- PIVEN, Ben, (2011). “Occupy Wall Street: All Day, All Week”, *Aljazeera*, artigo de 7 de Outubro, disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/10/20111078196449621.html>, consultada a 1 de Agosto. 2012.
- PROIETTO, Rosa (1995), “New Social Movements: issues for sociology”, *Social Science Information*, SAGE London, Thousand Oaks, CA e New Delhi.
- ROSENKRANDS, Jacon (2004), “Politicizing Homo-Economicus: Analysis of Anti-Coorporate Websites”, em DE DONK, Wim *et al* (ed.), *CYBERPROTEST: New Media, Citizens and Social Movements*, Routledge, Bristol.
- SÁ, Vitor de (1991), *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836 – 1986*, Editorial Caminho, Lisboa.
- SAMUEL, Raphael (1992), “Mechanization and Hand Labour in Industrializing Britain”, em BERLANSTEIN, Lenard R. (ed.), *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*, Routledge, Londres.
- SMITH, Jackie e Tina Fetner (2007), “Structural Approaches in the Sociology of Social Movements”, em KLANDERMANS, Bert e Conny Roggeband (ed.), *Handbook of Social Movements Across Disciplines*, Springer Science + Business Media LLC, Nova Iorque.
- SCHNEIDER, Nathan, (2011). “From Occupy Wall Street to Occupy everywhere”, *The Nation*, artigo de dia 11 de Outubro disponível em <http://www.thenation.com/article/163924/occupy-wall-street-occupy-everywhere>, consultada a 3 de Agosto. 2012.
- SCHNEIDER, Nathan (2011a). “Occupy Wall Street: FAQ”, *The Nation*, artigo de 29 de Setembro, disponível em <http://www.thenation.com/article/163719/occupy-wall-street-faq>, consultada a 3 de Agosto de 2012.
- TUCKER, Kenneth H. (1991), “How New are New Social Movements?”, *Theory, Culture and Society*, SAGE Publications, 8: 75.
- TILLY, Charles (1992), “Social Change in Modern Europe: The Big Picture”, em BERLANSTEIN, Lenard R. (ed.), *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*, Routledge, Londres.
- TILLY, Charles (2004), *Social Movements, 1768-2004*, Paradigm Publishers, Boulder.
- VOIGT, Kevin (2011). “Beyond Wall Street: 'Occupy' Protest go global”, CNN, notícia de 7 de Outubro, disponível em <http://edition.cnn.com/2011/10/07/business/wall-street-protest-global/index.html>, consultada a 3 de Agosto de 2012.
- WALTERS, Joanna, (2011) “Occupy America: protests against Wall Street and inequality hits 70 cities”, *The Guardian*, notícia de 8 de Outubro, disponível em <http://www.guardian.co.uk/world/2011/oct/08/occupy-america-protests-financial-crisis>, consultada a 3 de Agosto de 2012.
- WATERMAN, Peter (1992), “International Labour Communication By Computer: The Fifth International?”, *Working Paper Series No. 129*, (Online). Disponível em <http://repub.eur.nl/res/pub/18873/wp129.pdf>.
- WEBSTER, Frank (1997). “What an Information Society”, em Alberts, David S. e Daniel S. Papp (ed.), *The Information Age: An Anthology on Its Impact and Consequences*, CCRP Publication Series.
- WRIGHT, Steve (2004). “Informing, Communicating and ICTs in Contemporary Anti-Capitalist Movements”, em DE DONK, Wim *et al* (ed.), *CYBERPROTEST: New Media, Citizens and Social Movements*, Routledge, Bristol.

ANEXOS

ANEXO A

Manifestos²⁸

MANIFESTO 15 DE OUTUBRO – INTERNACIONAL

“No dia 15 de Outubro pessoas de todo o mundo tomarão as ruas e as praças. Da América à Ásia, de África à Europa, as pessoas estão a erguer-se para lutar pelos seus direitos e pedir uma autêntica democracia. Agora chegou o momento de nos unirmos num protesto não violento à escala global.

Os poderes estabelecidos actuam em benefício de uns poucos, ignorando a vontade da grande maioria e sem se importarem com o custo humano ou ecológico que tenhamos que pagar. Há que pôr fim a esta situação intolerável.

Unidos em uma só voz, faremos saber aos políticos e às elites financeiras que eles servem, que agora somos nós, o povo, que decidirá o nosso futuro. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros que não nos representam.

No dia 15 de Outubro encontramos-nos nas ruas para pôr em marcha a mudança global que queremos. Vamos manifestar-nos pacificamente e vamos organizar-nos até atingirmos o nosso objectivo.

Chegou a hora de nos unirmos. Chegou a hora de nos ouvirem.”

²⁸Manifestos disponíveis em www.15Outbro.net e www.democraciarealya.es/manifiesto-comun, consultados em Abril de 2012.

MANIFIESTO “DEMOCRACIA REAL YA”

Somos personas normales y corrientes. Somos como tú: gente que se levanta por las mañanas para estudiar, para trabajar o para buscar trabajo, gente que tiene familia y amigos. Gente que trabaja duro todos los días para vivir y dar un futuro mejor a los que nos rodean.

Unos nos consideramos más progresistas, otros más conservadores. Unos creyentes, otros no. Unos tenemos ideologías bien definidas, otros nos consideramos apolíticos... Pero todos estamos preocupados e indignados por el panorama político, económico y social que vemos a nuestro alrededor. Por la corrupción de los políticos, empresarios, banqueros... Por la indefensión del ciudadano de a pie.

Esta situación nos hace daño a todos diariamente. Pero si todos nos unimos, podemos cambiarla. Es hora de ponerse en movimiento, hora de construir entre todos una sociedad mejor. Por ello sostenemos firmemente lo siguiente:

- Las prioridades de toda sociedad avanzada han de ser la igualdad, el progreso, la solidaridad, el libre acceso a la cultura, la sostenibilidad ecológica y el desarrollo, el bienestar y la felicidad de las personas.
- Existen unos derechos básicos que deberían estar cubiertos en estas sociedades: derecho a la vivienda, al trabajo, a la cultura, a la salud, a la educación, a la participación política, al libre desarrollo personal, y derecho al consumo de los bienes necesarios para una vida sana y feliz.
- El actual funcionamiento de nuestro sistema económico y gubernamental no atiende a estas prioridades y es un obstáculo para el progreso de la humanidad.
- La democracia parte del pueblo (demos=pueblo; cracia=gobierno) así que el gobierno debe ser del pueblo. Sin embargo, en este país la mayor parte de la clase política ni siquiera nos escucha. Sus funciones deberían ser la de llevar nuestra voz a las instituciones, facilitando la participación política ciudadana mediante cauces directos y procurando el mayor beneficio para el grueso de la sociedad, no la de enriquecerse y medrar a nuestra costa, atendiendo tan sólo a los dictados de los grandes poderes económicos y aferrándose al poder a través de una dictadura partidocrática encabezada por las inamovibles siglas del PPSOE
- El ansia y acumulación de poder en unos pocos genera desigualdad, crispación e injusticia, lo cual conduce a la violencia, que rechazamos. El obsoleto y antinatural modelo económico vigente bloquea la maquinaria social en una espiral que se consume a sí misma enriqueciendo a unos pocos y sumiendo en la pobreza y la escasez al resto. Hasta el colapso.
- La voluntad y fin del sistema es la acumulación de dinero, primándola por encima de la eficacia y el bienestar de la sociedad. Despilfarrando recursos, destruyendo el planeta, generando desempleo consumidores infelices.
- Los ciudadanos formamos parte del engranaje de una máquina destinada a enriquecer a una minoría que no sabe ni de nuestras necesidades. Somos anónimos, pero sin nosotros nada de esto existiría, pues nosotros movemos el mundo.
- Si como sociedad aprendemos a no fiar nuestro futuro a una abstracta rentabilidad económica que nunca redunde en beneficio de la mayoría, podremos eliminar los abusos y carencias que todos sufrimos.
- Es necesaria una Revolución Ética. Hemos puesto el dinero por encima del Ser Humano y tenemos que ponerlo a nuestro servicio. Somos personas, no productos del mercado. No soy sólo lo que compro, por qué lo compro y a quién se lo compro.

Por todo lo anterior, estoy indignado.

Creo que puedo cambiarlo.

Creo que puedo ayudar.

Sé que unidos podemos.

Sal con nosotros. Es tu derecho.

ANEXO B

Imagens - Comunicação na Luta Operária²⁹

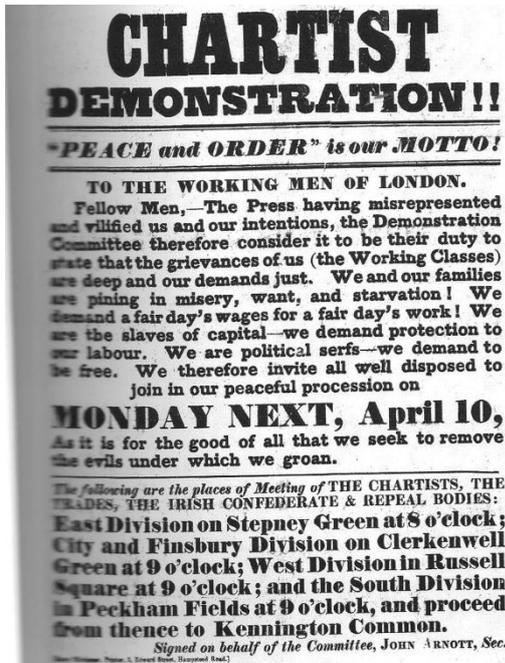


Ilustração 1 - Poster do Movimento Cartista.



Ilustração 2 - "Neue Zeit", publicado na Alemanha entre 1823 e 1923.



Ilustração 3 - "The Clarion", Publicado no Reino Unido entre 1891 e 1894.

²⁹ Ilustração 1 disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chartist_Demonstration.jpg, ilustrações 2 e 3 de "Marxists Internet Archive List of Archived - Periodicals, Newspapers and Journals", disponíveis em www.marxists.org/glossary/periodicals/archive/index.htm.



Ilustração 4 - Flyer de incentivo à mobilização – Movimento 15 de Outubro, em Lisboa.

³⁰ Flyers disponíveis para *download*, como material de apoio aos protestos. Ilustração 4 disponível em www.15outubro.net, ilustração 5 em <http://vocesconfutura.tumblr.com/> e ilustração 6 em http://26.media.tumblr.com/tumblr_lsd8ucoCX91qbrgmdo1_500.jpg.



Ilustração 5 - Flyer "More Prepared, More Informed, More Indignant".



Ilustração 6 - *Flyer* que acompanhou a mensagem lançada pela Adbusters, incentivando o *Occupy Wall Street*.